



UNIVERSIDADE FEDERAL DO NORTE DO TOCANTINS  
CENTRO DE CIÊNCIAS INTEGRADAS  
GRADUAÇÃO EM LICENCIATURA DE HISTÓRIA

Gracielly Lima de Freitas

**Direitos e engajamento das mulheres no periódico goiano *Voz do Povo* (1927-1935)**

Araguaína/TO

2025

Gracielly Lima de Freitas

**Direitos e engajamento das mulheres no periódico goiano *Voz do Povo* (1927-1935)**

Monografia apresentada à Universidade Federal do Norte do Tocantins (UFNT), Centro de Ciências Integradas (CCI), para obtenção do título de licenciada em História.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dra. Martha Victor Vieira

Araguaína/TO

2025

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)  
Sistema de Geração de Ficha Catalográfica SGFC-UFNT  
**Gerado automaticamente mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)**

F866d Freitas, Gracielly Lima de.  
Direitos e engajamento das mulheres no periódico goiano Voz do Povo (1927-1935) / Gracielly Lima de Freitas. - Centro de Ciências Integradas - CCI, TO, 2025.  
47 f.  
Monografia Graduação (Graduação - em História) -- Universidade Federal do Norte do Tocantins, 2025.  
Orientadora: Martha Victor Vieira.  
1. Goiás. 2. Mulheres. 3. Marie Joseph.

**CDD 901**

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS – A reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio deste documento é autorizado desde que citada a fonte. A violação dos direitos do autor (Lei nº 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal.


Gracielly Lima de Freitas

## **Direitos e engajamento das mulheres no periódico goiano *Voz do Povo* (1927-1935)**

Monografia apresentada à Universidade Federal do Norte do Tocantins (UFNT), Centro de Ciências Integradas (CCI), curso de História. Foi avaliada para obtenção do título de licenciada em História e aprovada em sua forma final pela orientadora e pela banca examinadora.


Data de aprovação: 04/07/2025

Banca examinadora:

Documento assinado digitalmente  
 **MARTHA VICTOR VIEIRA**  
Data: 23/09/2025 18:15:18-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>


---

Prof.<sup>a</sup> Dra. Martha Victor Vieira (UFNT)

Documento assinado digitalmente  
 **OLIVIA MACEDO MIRANDA DE MEDEIROS**  
Data: 22/09/2025 19:33:48-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

---

Prof.<sup>a</sup> Dra. Olivia Macedo Miranda de Medeiros (UFNT)

Documento assinado digitalmente  
 **SARIZA OLIVEIRA CAETANO VENANCIO**  
Data: 23/09/2025 09:50:30-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

---

Prof.<sup>a</sup> Dra. Sariza Oliveira Caetano Venâncio (UFNT)

*Dedico este trabalho às mulheres da minha família, em especial à minha mãe, Maria das Graças Lima de Freitas, e à minha avó, Maria Eliete Lima de Freitas, por terem sido, ao longo de toda a minha vida, os meus referenciais de luta feminina. A voz da minha avó e o colo da minha mãe são o meu lar.*

## AGRADECIMENTOS

À minha orientadora e amiga Prof.<sup>a</sup> Dra. Martha Victor Vieira, pela orientação desse trabalho, pelo incentivo ao longo de toda minha trajetória acadêmica, por ser o modelo de professora que quero me tornar e pela amizade incontornável.

Às professoras Olivia Macedo Miranda de Medeiros e Sariza Oliveira Caetano Venâncio, por aceitarem compor essa banca feminina em um trabalho que trata da histórica luta das mulheres por direitos em Goiás.

Às professoras e professores do colegiado de História da Universidade Federal do Norte do Tocantins (UFNT), que enriqueceram minha formação acadêmica e pessoal, especialmente ao coordenador Luciano Galdino da Silva pela sua prestatividade.

À Universidade Federal do Norte do Tocantins (UFNT) e à Fundação de Amparo à Pesquisa do Tocantins (FAPT) pela concessão das bolsas PIBIC, respectivamente, nos anos de 2022 e 2023, que possibilitaram o desenvolvimento das pesquisas aqui presentes.

À minha mãe, Maria das Graças Lima de Freitas e ao meu irmão, Lucas Gabriel Freitas Cardoso, por suportarem a distância e me encherem de amor, oferecendo a força necessária para seguir essa jornada.

Aos meus amigos Genilson Ferreira e Carlos Eduardo Macario, por existirem e serem quem são. Juntos, somos três almas dissidentes que se encontraram em favor do mesmo curso e seguem unidas pela amizade e afeto.

Aos amigos e colegas de curso que tornaram essa caminhada mais agradável, em especial aos colegas da turma de História 2020/2 e da turma 2021/1, entre eles: Alandelon Chaves, Daniel Victor, Giovana Oliveira, Joelma Silva, Kallyel Henrik, Karolaine Paulo, Maricilda Oliveira, Rony Oliveira, Ruthiely Ribeiro, Suzana Spíndola e Walbert Santos. Estendo os agradecimentos às amigas de longa data Ana Júlia Virgínio e Katehellen Arruda, pelo acolhimento sempre que eu voltava para Balsas.

Sou grata a mim mesma por não ter desistido de um sonho que começou há dez anos e que hoje se torna realidade. Essa conquista é também daqueles que, de alguma forma, estiveram ao meu lado nessa jornada – familiares, amigos e pessoas queridas – que me apoiaram, mesmo nos pequenos gestos.

**Não tenho medo do erro, do ridículo ou do fracasso, por que amo e sou amada.**

“Recusar à mulher a igualdade de direitos em virtude do sexo é denegar justiça a metade da população.”

**Bertha Lutz**

## RESUMO

Esta monografia analisa as representações sociais e políticas das mulheres no periódico goiano *Voz do Povo*, publicado entre 1927 e 1935. A pesquisa busca compreender como o jornal abordava os direitos das mulheres em um contexto marcado por disputas políticas e transformações sociais no Brasil da Primeira República, especialmente em torno do direito ao voto, à educação e ao trabalho, além do lar. A partir de levantamento e análise de artigos publicados no periódico, esse estudo investiga as narrativas que defendiam ou contestavam a ampliação da cidadania feminina; para tal, utilizou-se a metodologia de análise de conteúdo, orientado por Laurence Bardin (2016) e Renée Zicman (1985). Dialogando com autores, tais como Robert Darnton (1998, 2010), Pierre Bourdieu (2002), María Lugones (2014), Marialva Barbosa (2007), Maria Lygia Quartim de Moraes (2005) e Roger Chartier (2002), são examinadas as representações presentes na imprensa sobre o papel das mulheres, suas atribuições e os limites impostos à sua participação pública. A pesquisa revela a existência de diferentes perspectivas no interior do jornal, desde posições conservadoras até defesas mais progressistas da presença das mulheres na vida política. Chama atenção, particularmente, os artigos da escritora Marie Joseph devido a quantidade de publicações, o conteúdo político das suas ideias e os limites do feminismo dessa época. Ao discutir essas representações, o trabalho contribui para o entendimento das lutas e desafios enfrentados pelas mulheres no início do século XX em Goiás.

**Palavras-chave:** Goiás. Direitos. Mulheres. Imprensa. Marie Joseph.

## ABSTRACT

This monograph examines the social and political representations of women in the Goiás-based newspaper *Voz do Povo*, published between 1927 and 1935. The study seeks to understand how the newspaper addressed women's rights within a context marked by political disputes and social transformations during Brazil's First Republic, particularly regarding the right to vote, access to education, labor, and the domestic sphere. Based on a survey and analysis of articles published in the periodical, the research investigates the narratives that either supported or contested the expansion of women's citizenship. The study adopts content analysis methodology, as outlined by Laurence Bardin (2016) and Renée Zicman (1985). Engaging with theorists such as Robert Darnton (1998, 2010), Pierre Bourdieu (2002), María Lugones (2014), Marialva Barbosa (2007), Maria Lygia Quartim de Moraes (2005), and Roger Chartier (2002), the research explores press representations of women's roles, responsibilities, and the constraints on their public participation. The findings reveal a range of perspectives within the newspaper, from conservative positions to more progressive arguments advocating for women's involvement in political life. Particularly noteworthy are the articles by writer Marie Joseph, due to the frequency of her contributions, the political nature of her ideas, and the historical limitations of feminism during that period. By analyzing these representations, the study contributes to a deeper understanding of the struggles and challenges faced by women in early 20th-century Goiás.

**Keywords:** Goiás. Rights. Women. Press. Marie Joseph.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1: Recorte do jornal <i>Voz do Povo</i> .....	16
Figura 2: Propaganda do Regulador Gesteira.....	29
Figura 3: Retrato de Marie Joseph.....	31

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>11</b>
<b>1 – O VOZ DO POVO: UM JORNAL DE OPINIÃO.....</b>	<b>14</b>
1.1 – A imprensa na primeira república .....	14
1.2 – A criação do <i>Voz do Povo</i> .....	15
1.3 – Perfil do jornal <i>Voz do Povo</i> .....	18
<b>2 – REPRESENTAÇÕES SOCIAIS E DIREITOS DAS MULHERES NO PERIÓDICO VOZ DO POVO.....</b>	<b>23</b>
2.1 – A questão da cidadania na primeira república.....	23
2.2 – O direito ao voto.....	25
2.3 – Narrativas dos homens sobre as mulheres.....	27
<b>3 – MULHERES NA IMPRENSA: OS ESCRITOS ENGAJADOS DE MARIE JOSEPH .....</b>	<b>31</b>
3.1 – A trajetória de Marie Joseph.....	31
3.2 – Vozes das mulheres na imprensa.....	33
3.3 – Os escritos engajados de Marie Joseph .....	36
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>42</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>	<b>44</b>

## INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas, os historiadores aprofundaram os estudos sobre a atuação das mulheres na vida pública, sobretudo diante das transformações sociais e políticas que marcaram o século XX. Os estudos sobre o papel das mulheres na história ganharam força com a participação cada vez mais ativa dessas no mercado de trabalho e pela reivindicação por mais igualdade de gênero, pauta essa que efetivamente entrou para agenda política do Brasil e do mundo no século XXI, sendo incluída na Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas (ONU). A inserção de pesquisas sobre as mulheres no campo historiográfico coincide com o avanço do feminismo e o fato delas se destacarem no âmbito social e econômico, o que conferiu força e legitimidade para as suas demandas.

O Movimento Feminista, impulsionado após 1960, foi muito importante para que as mulheres deixassem de ser vistas como submissas e frágeis, e se projetassem, gradativa e lentamente, nos espaços públicos, como intelectuais, operárias, cidadãs politizadas e consumidoras. Esse movimento impulsionou reflexões mais amplas sobre os papéis sociais atribuídos às mulheres, sua representação nos espaços de poder e as desigualdades existentes entre as próprias mulheres, que não se constituem como um grupo homogêneo, devido às diferenças de raça, classe social e gênero.

No Brasil, a luta política das mulheres remonta, sobretudo, ao final do século XIX, tendo como principal bandeira o direito ao voto. Um dos marcos dessa luta foi o Partido Republicano Feminino (PRF), surgido em 1910, e a Federação Brasileira pelo Progresso Feminino (FBPF), fundada em 1922. No PRF aparece como liderança a baiana Leolinda Figueiredo Daltro (1859-1935) e na FBPF destaca-se a paulista Bertha Lutz (1894-1976), cujo nome está ligado também à Liga pela Emancipação Intelectual da Mulher, criada em 1920 (Karawejczyk, 2014). Essas reivindicações femininas contribuíram para que as mulheres ganhassem visibilidade e apoio de intelectuais, artistas e políticos, tendo o seu direito ao voto garantido, a partir do Código Eleitoral de 1932.

Um dos lugares onde pode ser encontrado o debate em torno dos direitos das mulheres é a imprensa. Conforme observa a historiadora Tania Regina de Luca (2008), a imprensa tem sido fonte essencial para estudos sobre a história das mulheres Brasil, pois, por meio dela, é possível analisar tanto as representações femininas quanto os ideais morais e os papéis sociais atribuídos às mulheres. Na imprensa goiana nota-se a presença deste debate, com menções a intelectuais e teóricos que defendem o direito das mulheres. Por outro lado, na imprensa também aparecem as resistências à ampliação da cidadania feminina. Isso é possível de ser

identificado nas representações veiculadas, nas quais se defende que as mulheres devem ocupar as funções tradicionais ligadas ao lar, ao espaço privado.

Nesse contexto, os estudos sobre a História das Mulheres contribuíram decisivamente para a ampliação das abordagens sobre a experiência feminina. Falando sobre a História Social das Mulheres, Margareth Rago (1995) argumenta que: “Trata-se de um acerto de contas com o passado como meio de garantir uma maior combatividade no presente: a exemplo de nossas avós, somos chamadas à luta que ocorre no presente”. Pensadoras como Joan Scott (1992), ao propor a categoria “gênero” como uma construção histórica e relacional, evidenciaram como as diferenças entre homens e mulheres são produzidas socialmente, e não determinadas biologicamente. Para essa pensadora, por ter uma conotação mais “neutra”, o termo gênero relaciona-se à “busca de legitimidade acadêmica para os estudos feministas, nos anos 80”. Nas suas palavras: “Com a proliferação dos estudos sobre sexo e sexualidade, "gênero" tornou-se uma palavra particularmente útil, pois oferece um meio de distinguir a prática sexual dos papéis sexuais atribuídos às mulheres e aos homens.” (Scott, 1992, p. 75).

Recentemente, novos estudos ocorreram, entre os quais surge a perspectiva crítica de María Lugones (2014), que propõe o conceito de colonialidade do gênero para explicitar como o sistema moderno/colonial impôs uma lógica dicotômica, hierárquica e racializada que definiu quem poderia ser reconhecido como humano, civilizado e, portanto, sujeito de direitos. Incorporar essa leitura com lente decolonial amplia a capacidade crítica de analisar as narrativas da imprensa sobre o feminino, revelando o que permanece invisibilizado nas representações hegemônicas.

Particularmente, a presente monografia, baseando-se no que Robert Darnton (2010, p. 219) define como “história social das ideias”, pretende analisar os escritos das mulheres e sobre as mulheres que foram difundidos no periódico goiano *Voz do Povo*, que circulou entre 1927 e 1935. Pretende-se compreender de que forma os (as) articulistas desse jornal representaram o papel da mulher na sociedade, bem como as suas demandas por direitos, neste contexto histórico que antecede e sucede a criação do Código Eleitoral de 1932, que concedeu às mulheres o direito ao voto.

Para análise da imprensa como fonte, uma das metodologias utilizadas foi a análise de conteúdo. Essa metodologia incide em um conjunto de “técnicas e instrumentos metodológicos capazes de efetuar a exploração objetiva de dados informacionais ou discursos” (Zicman, 1985, p. 94). Conforme a proposta de Laurence Bardin (2016), o primeiro passo foi a constituição do “corpus”, ou seja, a definição do conjunto de documentos a ser analisado. Para tal, foi realizado um levantamento quali-quantitativo, por meio de palavras-chaves, para seleção dos artigos do

jornal, usando o sistema de busca da Hemeroteca da Biblioteca Nacional Brasileira, disponível na internet. As ocorrências corresponderam à 116 resultados com o termo “mulheres”, 7 resultados com o termo “voto feminino” e 20 resultados para o termo “Marie Joseph”. Após o fichamento de todas as ocorrências, seguimos para a fase da categorização, onde foi realizada uma análise temática, que consiste na classificação dos elementos levantados nos artigos a partir da “contagem de um ou vários temas ou itens de significação, numa unidade de codificação previamente determinada” (Bardin, 2016, p.77). Os artigos encontrados foram divididos em quatro categorias: notícias, artigos de opinião, propaganda e diversos. Dentro das categorias encontradas, foram selecionadas para análise apenas os artigos relacionados ao problema de pesquisa.

Ao mapear os artigos do periódico goiano *Voz do Povo*, identificamos um debate acirrado sobre o papel da mulher na sociedade. Esse debate era fomentado por homens e mulheres, que usavam seu espaço no jornal tanto para defender quanto para rechaçar a ampliação dos direitos das mulheres. As mulheres articulistas mais engajadas, principalmente, defendiam a ampliação dos seus direitos, especialmente, o direito ao voto, à educação e ao trabalho. Corrobora-se aqui a proposta de Robert Darnton (1998, p. 261), de que os jornais mobilizavam a opinião pública e, ao mesmo tempo, a expressavam, “funcionando ao mesmo tempo como causa e efeito”, ou seja, os jornais tanto formavam a opinião pública quanto eram informados por ela, de acordo com os grupos de interesses dos editores e proprietários.

Parte-se do pressuposto que as representações (Chartier, 2002), construídas socialmente, sobre as mulheres no periódico *Voz do Povo* indica o lugar da fala (social, ideológico e de gênero) dos (as) articulistas, cujas manifestações evidenciam uma disputa de ideias e um questionamento da cultura política patriarcal, no contexto que antecede a aprovação do Código Eleitoral de 1932, que concedeu direito ao voto feminino.

É relevante estudar os debates na imprensa sobre as mulheres no início do século XX, pois foi nesse contexto histórico que começou a ganhar força o Movimento Feminista no Brasil. Investigar a circulação de ideias que se referiam ao papel e direitos das mulheres nesse periódico e sua participação na esfera pública é fundamental para compreendermos melhor a história goiana e ampliar o entendimento sobre a trajetória da luta das mulheres no Brasil, reconhecendo tanto os avanços quanto as permanências das lógicas de exclusão de gênero, raça e classe que estruturam a sociedade patriarcal brasileira, contribuindo para as altas taxas de feminicídio, a prática do racismo e a perpetuação da pobreza.

## **1 - O VOZ DO POVO: UM JORNAL DE OPINIÃO**

Este capítulo apresenta o contexto histórico da imprensa brasileira no início do século XX, destacando seu papel na mediação da opinião pública e nas disputas políticas do Período. Em seguida, será analisada a criação do jornal *Voz do Povo*, fundado, em 1927, na Cidade de Goiás, bem como o perfil do periódico. O objetivo é compreender de que forma esse jornal se posicionava diante das transformações sociais e políticas da Primeira República e como se configurava como um agente político, sobretudo, no âmbito regional, na medida em que a imprensa era utilizada para defesa de projetos e projeção de determinados sujeitos que buscavam cargos públicos.

### **1.1 - A IMPRENSA NA PRIMEIRA REPÚBLICA**

No Brasil, a passagem do século XIX para o século XX foi marcada, dentre outras coisas, por um maior desenvolvimento urbano e tecnológico, que repercutiu na imprensa. Assim, temos a transição da pequena imprensa, tipicamente artesanal, para a grande imprensa, de caráter mais empresarial (Sodré, 1999). De acordo com Maria de Lourdes Eleutério (2011, p. 83): “a imprensa tornava-se grande empresa, otimizada pela conjuntura favorável, que encontrou no periodismo o ensaio ideal para novas relações de mercado no setor”.

As mudanças na imprensa não se limitaram ao processo de produção e distribuição, mas também afetaram o conteúdo editorial. No início do século XX, especialmente nos jornais das maiores cidades, como o Rio de Janeiro e São Paulo, a imprensa se tornou mais diversificada, trazendo, além da costumeira pauta política, notícias policiais, crônicas e folhetins, reportagens, publicidade, ilustrações diversificadas etc. (Barbosa, 2007).

A imprensa, desde seu surgimento, buscou realizar uma pedagogia política, atuando como um instrumento de mediação entre o Estado e a sociedade (Silva, 2010, p. 37-38). Os partidos políticos, utilizavam esse espaço não apenas como meio de divulgação de suas ideias e projetos, mas também como instrumento de formação da opinião pública e de oposição a propostas adversárias. Nesse contexto, era comum que os jornais assumissem um perfil fortemente partidário, com conteúdos marcados por ataques diretos aos seus rivais, constituindo-se como um campo de intensas disputas políticas. Considerando que o campo político pode ser entendido como “campo de forças e como campo das lutas que têm em vista transformar a relação de forças que confere a este campo a sua estrutura”, a imprensa pode ser compreendida como um instrumento político, ao passo que “os produtos oferecidos pelo campo

político são instrumentos de percepção e de expressão do mundo social” (Bourdieu, 2002, p. 164).

As disputas do campo político produzem representações sobre os processos ocorridos no mundo social. Essas representações, como propõe Roger Chartier (2002, p. 17), “são sempre determinadas pelos interesses dos grupos que as forjam”; portanto, é preciso se atentar para a relação entre “os discursos proferidos” e “a posição de quem os utiliza”, uma vez que “o campo político é, pois, o lugar de uma concorrência pelo poder” (Bourdieu, 2002, p. 185).

A essa discussão soma-se a contribuição de Jürgen Habermas (1971), ao definir a esfera pública como espaço de mediação entre sociedade civil e Estado, na qual se constituem opiniões coletivas por meio do debate racional. Contudo, ele adverte que a opinião pública moderna é marcada por uma dualidade: pode funcionar como instância crítica ou como espaço manipulado por interesses institucionais. Para ele, “a ‘opinião pública’ assume um significado diferente conforme reivindique para si a condição de uma instância crítica em relação à publicidade normativamente imposta da execução do poder político e social, ou sirva como uma instância receptiva em relação à publicidade manipulativamente difundida” (Habermas, 1971, p. 187).

Todavia, como afirma Nancy Fraser (2022), o modelo habermasiano de esfera pública é excludente por natureza, pois ignora a existência de “esferas contra-hegemônicas”, espaços em que mulheres, trabalhadores e minorias constroem discursos alternativos diante de sua exclusão da esfera pública dominante. No caso brasileiro, isso significa reconhecer que, mesmo quando a imprensa atuava como uma arena pública plural, operava sob estruturas de poder que restringiam a participação de sujeitos subalternizados, especialmente no que tange à raça e classe social.

Dessa forma, a imprensa da Primeira República não apenas refletia os conflitos políticos da época, mas era um espaço ativo de construção e de disputa simbólica. Sua atuação ultrapassava a função de registro de eventos, pois circulava determinadas opiniões e visões de mundo, enquanto silenciava e interditava vozes dissonantes. Essa compreensão será essencial para analisar como o *Voz do Povo* representou ou omitiu as pautas relacionadas às mulheres.

## **1.2 - A CRIAÇÃO DO VOZ DO POVO**

Em 24 de junho de 1927, começou a circular o primeiro número do periódico *Voz do Povo*, na cidade de Goiás, capital do estado de mesmo nome. A redação e oficina eram localizadas na Rua Senador Fugêncio Jardim, onde se produzia o semanário que era distribuído todas as sextas-feiras para os seus assinantes. O jornal fundado por Mario de Alencastro Caiado

(1876 – 1948), Augusto Jungmann (s.d.) e Ignacio Bento de Loyola (1896 – 1970) se propunha a romper com a hegemonia da imprensa partidária, comprometendo-se a ser um jornal independente e imparcial, representativo do que seria, na narrativa fundacional, uma nova fase da imprensa goiana. Na primeira edição, era anunciada a missão do periódico:

Além dos fins que a imprensa, em geral, visa realizar, esforçar-nos-emos ainda para soerguer o nível moral e intelectual do jornalismo indígena, evitando quanto possível, na secção editorial, as questões puramente pessoais, para só nos dedicarmos com devoto carinho aos altos interesses da coletividade (Voz do Povo, n. 1, p. 1, 1927).

Esse discurso fundacional evidencia a tentativa de distanciamento em relação à prática comum da época, na qual os periódicos eram utilizados como instrumentos diretos de ação política de determinados grupos. A expressão “jornalismo indígena” refere-se aos periódicos locais, que estariam muito pautados em rixas, conduta da qual o periódico desejava se distanciar. Pelo menos, é dessa forma que o *Voz do Povo* tenta se projetar. Contudo, veremos que essa suposta imparcialidade declarada coexistia com vínculos estreitos com lideranças políticas locais e interesses partidários.

Figura 1: Recorte do jornal *Voz do Povo*



Fonte: *Voz do Povo*, p. 1, n. 19, 1927. Disponível em: <<https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=763454&pesq=&pagfis=73>>. Acesso em jul. 2025

Visualmente, o jornal se apresentava de maneira bastante padronizada para seu tempo: no topo da primeira página, em letras garrafais e imponentes, aparecia o título VOZ DO POVO. Logo abaixo, vinham o nome do diretor do jornal, o nome do editor proprietário ou gerente e os redatores, que não eram nominalmente citados no topo do jornal, onde só se lia a designação “diversos”. Em seguida, havia as informações de identificação: ano de publicação do jornal, endereço da redação, local, data de publicação, valor das assinaturas do periódico e número da edição. A frase “órgão de maior circulação nesta capital e no estado”, que aparecia em algumas edições, indica uma intenção de ressaltar a relevância e influência do jornal *Voz do Povo*. Essa informação adicional buscava transmitir a ideia de que o jornal é amplamente lido e reconhecido.

Na edição inaugural do jornal, uma nota intitulada. “O órgão dos desembargadores” (1927, n. 1, p. 2) contradiz uma notícia veiculada no jornal *O Democrata* de que o *Voz do Povo* seria um órgão oficial dos desembargadores, afirmando “não ser exata tal asserção”, e se declarando um jornal independente. Fato é que o jornal estava relacionado à pessoas ligadas à magistratura: Mário de Alencastro Caiado era um proeminente juiz de Direito do estado, e Augusto Jungmann era procurador da Delegacia Fiscal.

*O Democrata* (1910 – 1930), por sua vez, era o órgão oficial do partido situacionista, o Partido Democrata, e era liderado por Antônio Ramos Caiado, também chamado de Totó Caiado, senador do estado de Goiás. A rivalidade entre os fundadores do *Voz do Povo* e *d’O Democrata* era nítida nas narrativas veiculadas no periódico - a despeito de serem primos, Mario e Totó eram de grupos políticos opostos. Em novembro de 1927, quando o Partido Republicano foi fundado em Goiás, contava com os fundadores do periódico entre seus principais membros.

Apesar da negativa dos articulistas do *Voz do Povo* de que este seria um “órgão dos desembargadores”, o professor Cristiano Arrais (2013) sustenta o argumento de que a base da oposição estava mesmo no judiciário, e expõe uma tentativa de aparelhamento deste poder pelos governantes do estado. A estratégia utilizada por Brasil Caiado, então presidente do estado (cargo que hoje corresponde à governador) de Goiás, foi aumentar de cinco para nove membros do Tribunal, sendo os novos integrantes indicados por ele.

Não obstante a intervenção no poder judiciário, a “investida caiadista”<sup>1</sup> estendeu-se aos próprios líderes do *Voz do Povo*. Na edição de 9 de dezembro de 1927, o jornal informa da transferência de Augusto Jungmann para o Rio Grande do Norte, uma transferência não

---

<sup>1</sup> Na Primeira República, “caiadismo” designava, em tom crítico, a hegemonia política exercida pela família Caiado em Goiás. No jornal, o termo geralmente era usado em tom pejorativo.

solicitada pelo mesmo e que, segundo os redatores do jornal, fora arquitetada pelo senador Antonio Caiado.

Em outro episódio, uma matéria publicada em 1º de janeiro de 1930, intitulada “Voz do Povo e a Polícia”, relata que o chefe de polícia teria abordado o Sr. Ignacio de Loyola para lhe informar que o jornal não mais poderia circular, uma vez que seu diretor, Augusto Jungmann, se encontrava fora do estado (Voz do Povo, 1930, n. 132, p. 2). Isso porque segundo a Lei nº 4.743, de 31 de outubro de 1923, todo periódico deveria ter diretor e gerente com residência no local da publicação, sob pena de apreensão imediata dos exemplares.

No entanto, o redator da matéria afirma que mesmo provando que Jungmann já retornava à capital, Ignacio de Loyola comprometeu-se a tomar providências em relação à censura do jornal. O que teria desagradado os membros do *Voz do Povo* foi a maneira como a situação foi conduzida: policiais armados foram posicionados próximos à redação e às residências dos redatores, numa clara tentativa de intimidação. Tais práticas não eram incomuns na Primeira República, revelando o uso da força policial como instrumento de coerção política. Diante disso, Ignacio de Loyola assumiu a direção do jornal e Copernico José de Barros passou a ocupar a gerência.

Esses episódios indicam que, embora o *Voz do Povo* proclamasse sua independência, atuava como um ator político ativo em um ambiente marcado por acirradas disputas locais. Tal protagonismo se confirmou após a Revolução de 1930, quando o grupo político vinculado ao periódico ascendeu ao poder. Ignacio Bento de Loyola, advogado e membro do Partido Republicano, foi convidado a integrar o governo estadual sob a intervenção de Pedro Ludovico Teixeira (1891–1979), enquanto Mario Caiado exerceu o cargo de senador por Goiás entre 1935 e 1937.

### **1.3 - PERFIL DO JORNAL VOZ DO POVO**

Marialva Barbosa (2007) localiza na década de 1920, nos jornais do Rio de Janeiro, a ascensão das denominadas “notícias sensacionais”, que descreviam em detalhes as tragédias, os crimes e os episódios de violências ocorridos na capital. Buscava-se, a todo custo, chamar a atenção do leitor, surpreendê-lo, chocá-lo. Causar comoção era essencial, e, para tanto, usava-se da linguagem figurada e do excesso de detalhes descritivos. Esses recursos de escrita tornavam o leitor tão familiar aos eventos quanto possível, e, com esse conhecimento, ele se tornava hábil a formar seu próprio “juízo de valor”. As imagens, fotografias, ilustrações e charges eram recursos complementares, que não exatamente retratavam as ocorrências com

fidedignidade, porque a interpretação do leitor estava condicionada ao direcionamento do jornalista. Mas a informação visual tinha um forte apelo comercial. Os jornais da capital do país, nessa época, utilizavam-se de recursos tecnológicos modernos e sofisticados para produzir em grande quantidade e em melhor qualidade as notícias. O recurso imagético, por consequência, era uma estratégia essencial para atrair os leitores.

Essa modernização técnica e estética, no entanto, não se reproduziu de forma uniforme em todo o país. Acreditamos que não se pode generalizar essas características, porque a trajetória dos jornais pode ter sido diferente em outros estados da federação. É evidente que a imprensa carioca era mais moderna, estava na vanguarda da imprensa nacional, portanto, no final da década de 1920, a valorização da informação em detrimento da opinião parece não ser um marcador da imprensa nacional como um todo, pelo menos a julgar pelo teor dos artigos encontrados no *Voz do Povo*, cujo perfil indica a permanência de artigos que retratam a visão do articulista, especialmente no tocante às questões políticas.

A estrutura física do periódico era relativamente estável: o jornal costumava ter quatro páginas, podendo, em situações excepcionais, chegar a seis. Em geral, as páginas eram divididas em seis colunas de texto, mas algumas matérias ou propagandas eram editadas para preencher o espaço correspondente a duas ou mais colunas. Na página inicial, encontravam-se as informações e os artigos mais importantes, estes geralmente eram de cunho político.

Quanto aos redatores, alguns assinavam os artigos com o próprio nome, e era comum também o uso de pseudônimos. Entretanto, o que se observa com mais frequência é a ausência de autoria nos textos publicados. Dessa forma, as opiniões expressas no jornal eram frequentemente atribuídas à instituição *Voz do Povo*, e não a indivíduos específicos. Essa prática foi muito comum na imprensa do início do século XX, onde os redatores “da casa” nem sempre assinavam seus artigos.

A consequência disso é que, segundo a lei de imprensa de 1923: “Para o efeito da responsabilidade criminal [...], sempre que se tratar de imprensa periodica, o director ou redactor principal será considerado autor de todos os escriptos não assignados[...]” (Brasil, 1923). Essa previsão legal teve consequências práticas para o *Voz do Povo*, sendo, em 1928, Augusto Jungmann condenado a três meses de prisão por artigos publicados no jornal, ainda que posteriormente absolvido. Tal episódio reforça a necessidade, naquele contexto, de preservar o anonimato como estratégia de proteção sobretudo diante das críticas incisivas direcionadas a políticos influentes, como o senador Antonio Caiado, e do ambiente político repressivo.

Outro aspecto notável do *Voz do Povo* é o uso extremamente reduzido de imagens. O

uso de imagens na primeira página era incomum, reservando-se, quando ocorresse, à fotografia de alguma figura proeminente. Embora as imagens não fossem o recurso mais utilizado pelo *Voz do Povo*, elas podiam aparecer, especialmente ilustrações usadas em propagandas, que geralmente ficavam na última página. Os produtos que mais se utilizavam das ilustrações como estratégia de marketing eram os medicamentos.

A baixa frequência de imagens no periódico goiano destoa da imprensa da capital nacional, que já nesse período utilizava os recursos visuais como forma de comunicação importante. O uso de imagens era uma estratégia para chamar a atenção do leitor, mas não apenas isso. Considerando o alto nível de analfabetismo no Brasil naquele período, as imagens serviam também como uma forma de comunicação para aqueles que não sabiam ler, tornando a informação um pouco mais acessível e aumentando assim a quantidade de consumidores (Barbosa, 2007).

Se nos jornais da capital as imagens também eram usadas como meio de informação para o público que não sabia ler, a ausência de imagens no *Voz do Povo* nos diz que essa não era exatamente uma preocupação do jornal, podemos aventar também uma dificuldade técnica para a produção da imagem para o jornal. É certo, porém, que o periódico era direcionado especialmente à classe média e alta goiana, mais alfabetizada. De acordo com o Censo de 1920, Goiás figurava entre os 10 estados brasileiros com maior índice de analfabetismo (Ferraro; Kreidlow, 2004), apesar do crescente desenvolvimento do estado, após a Proclamação da República.

Para balizar esses dados, temos que o Brasil, bem como Goiás, nas primeiras décadas do século XX, ainda era majoritariamente rural (Palacín; Moraes, 1994, p. 94-97). Após as reformas educacionais, implantadas nos anos 1930, é que houve, paulatinamente, uma maior preocupação com a qualidade da educação a nível nacional. Portanto, podemos concluir que o acesso à imprensa era privilégio de uma elite intelectual goiana. Muito embora, sabe-se que as opiniões que circulam da imprensa também são veiculadas por meio da oralidade.

Um dado simbólico que reforça essa concepção elitizada do público é o uso de expressões e trechos em francês, língua franca da época, sem tradução, assumindo-se que os leitores eram minimamente familiarizados com a língua, o que afunila o perfil de destinatários do periódico.

A variedade temática também se fazia presente. Além da política, o jornal abordava temas relacionados à cultura, saúde, costumes, comportamento, moralidade, questões jurídicas e até literatura. Os gêneros dos textos jornalísticos também eram múltiplos, sendo possível encontrar, além dos artigos de opinião, notícias, telegramas, folhetins, poemas, crônicas e

propagandas. Era comum a reprodução de artigos de outros periódicos, especialmente do Rio de Janeiro e de estados vizinhos, como forma de manter o público goiano informado sobre o contexto nacional. Essa prática reforça a intenção do jornal de se posicionar como mediador ativamente participante desse cenário mais amplo.

A esse respeito, Rosana Maria Ribeiro Borges e Angelita Pereira de Lima (2008), ao analisarem as fases da imprensa goiana, identificaram que no período de circulação do periódico *Voz do Povo*, a imprensa goiana estava em transição. Durante a Primeira República, a imprensa teria tentado lançar Goiás no cenário nacional. Um expoente desse Período foi o periódico *A Informação Goyana* (1917 – 1935), lançado na capital federal, Rio de Janeiro, mas que circulava também em Goiás, nos principais estados brasileiros e até em alguns países estrangeiros. A intenção de tornar Goiás um lugar mais conhecido teve êxito, de acordo com Rosana Borges e Angelita Lima (2008, p. 77),

em meados de 1940, o Estado de Goiás já estava saindo do ostracismo político e econômico e um processo histórico importante desencadeava-se a partir da ruptura de um grupo hegemônico, oriundo dos Bulhões e de que derivariam duas grandes oligarquias: os Caiado e os Ludovico. A partir de então, intelectuais, políticos e até mesmo os jornais dividiram-se em favor de uma ou de outra. Na capital, por exemplo, o jornal *O Democrata*, de Antônio Ramos Caiado, tinha como antagonista o jornal *A Voz do Povo*, de Pedro Ludovico. O embate entre as duas oligarquias culminou na transferência da capital para Goiânia.

Desde sua origem como jornal de oposição até sua ascensão como veículo oficial do grupo político dominante, *Voz do Povo* sempre teve um papel fundamental nas discussões que tangiam a vida social goiana. Na sua definição de imprensa é possível notar que os redatores depositavam grande expectativa na sua função social, na medida em que apontam que: “a imprensa, [...] não é espelho refletor da opinião pública, é a criadora e guia dessa opinião, porque não é o povo que faz o jornal e sim o jornal que faz o povo” (*Voz do Povo*, 1927, n. 1, p. 1).

Nesses termos, nota-se que o jornal se autoproclama formador da opinião, evidenciando a consciência do jornal sobre seu papel ativo no campo simbólico e político. Contudo, propõe Robert Darnton (1998), que a imprensa, enquanto mediadora, tanto forma a opinião quanto recebe e se apropria da opinião do público, conforme aos interesses do grupo a que se vincula. Assim, o *Voz do Povo*, mais do que um reproduzidor de informações, atuava como agente político, veiculador das ideias do seu grupo de interesse e mediador de opinião, mobilizando seus leitores em torno de determinados projetos políticos e ideológicos.

Dessa forma, o perfil do *Voz do Povo* revela não apenas suas escolhas de forma e conteúdo, mas também suas intencionalidades e filiação política. Seu foco em textos opinativos,

a ausência de recursos imagéticos acessíveis, o uso de linguagem voltada à elite e a proteção da autoria individual demonstram que o jornal se posicionava como um veículo sintonizado com os interesses e a visão de mundo de parte da elite intelectual e política de Goiás.

## **2 - REPRESENTAÇÕES SOCIAIS E DIREITOS DAS MULHERES NO PERIÓDICO VOZ DO POVO**

Este capítulo busca analisar como o jornal *Voz do Povo* veiculou representações sobre as mulheres, especialmente no que tange o debate sobre seus direitos civis e políticos. Entendendo que as representações, conforme Chartier (2002), são construídas socialmente num campo de concorrência, trazendo à tona os interesses dos indivíduos e/ou grupos que as forjam, o estudo aborda as narrativas presentes no periódico goiano que tratam da cidadania feminina e das disputas de poder entre grupos, travadas no interior da imprensa local, bem como da emergência de vozes femininas que desafiaram ou reafirmaram os limites impostos pela cultura patriarcal às mulheres naquele contexto histórico.

### **2.1 - A QUESTÃO DA CIDADANIA NA PRIMEIRA REPÚBLICA**

O conceito de cidadania que vigora no século XXI, de acordo com Bérengère Marques-Pereira (2009, p. 36), contempla três sentidos: é um estatuto, constituído de direitos e deveres; também define-se como uma identidade, ou seja, o sentimento de pertencimento a uma “comunidade política definida pela nacionalidade e por um determinado território”; por fim, a cidadania é também entendida como uma prática determinada pela representação e pela participação política, ou seja, “a capacidade do indivíduo para interferir no espaço público emitindo um julgamento crítico sobre as escolhas da sociedade e reclamando o direito de ter direitos”.

Segundo José Murilo de Carvalho, no Brasil, primeiro vieram os direitos políticos, seguidos dos direitos sociais e por último os direitos civis. De acordo com o autor, a Primeira República montou um arranjo que esvaziou a promessa de uma cidadania efetiva. Para estabilizar o regime, tirou-se o peso político da capital e passou-se a “governar por cima das multidões” (p. 33, 1987), num pacto com as oligarquias estaduais, o que reduziu a autonomia municipal e distorceu a representação eleitoral. O resultado foi uma cidadania formal: altas taxas de abstenção, participação rarefeita e uma identidade política popular em disputa — não por “falta de povo”, como foi sugerido à época, mas porque o sistema canalizava e desestimulava a participação popular no terreno institucional.

Ainda assim, Carvalho mostra que a cidadania se forjou “por baixo”, em práticas sociais e ações diretas que criaram sentido de pertencimento e dignidade onde a via eleitoral falhava. Como o próprio José Murilo de Carvalho sintetiza:

Oitenta por cento da população do Rio de Janeiro não tinha direito à participação política pelos mecanismos eleitorais; 20 por cento tinha tal direito, mas não se preocupava em exercê-lo. Por outro lado, sugerimos em várias ocasiões que, com frequência, havia manifestações populares de caráter político. Os cidadãos inativos pelo critério constitucional revelavam-se, então, não só profundamente atentos a aspectos do exercício do poder que lhes afetavam a vida cotidiana, como também dispostos a ir até as últimas consequências para defender o que consideravam seus direitos.

Essa passagem desmonta a ideia de “apatia popular” e desloca o foco para o arranjo institucional que excluía a maioria e desestimulava a participação formal. Ao mostrar que os “inativos” eram atentos e mobilizáveis, Carvalho indica que a cidadania se exercia por vias extra-institucionais, como protestos, associações, festas, redes de vizinhança, etc.

O direito ao voto censitário existia desde o Período Colonial, mantendo-se com algumas alterações até a última década do Brasil Império. A Constituição de 1891 estabeleceu o sufrágio masculino como critério central de cidadania ativa, mas excluiu explicitamente os analfabetos, soldados rasos, mendigos e, de forma implícita, as mulheres. Na reforma da Legislação Eleitoral Federal de 1904, as mulheres novamente não foram mencionadas como pessoas votantes. Não havia a proibição explícita do voto feminino, havia uma negação da existência da mulher como sujeito político.

Essa “exclusão por omissão” é emblemática de um modelo de cidadania patriarcal, racista e classista, que forjou uma república sustentada na participação limitada a uma minoria letrada e masculina. Como observa Maria Lygia Quartim de Moraes (2005), a cidadania no Brasil foi concebida a partir de uma lógica androcêntrica, onde o homem era o paradigma universal, e a mulher, o outro. Esse paradigma excluía também negros e indígenas, reiterando uma cidadania seletiva e hierarquizada. O que agravava a situação das mulheres negras e indígenas, devido à hegemonia da cultura patriarcal.

Nesse contexto, ser cidadão (formalmente) significava, sobretudo, ter o direito ao voto. Contudo, já se reivindicava o direito à educação e ao trabalho digno, pautas essas que também eram reivindicadas pelas mulheres e que ganharam mais destaque após a ascensão de Getúlio Vargas com a *Revolução de 1930*.

A brecha do Código Eleitoral de 1904 possibilitou que em 1927, pela Lei estadual nº 660, do estado do Rio Grande do Norte, as mulheres potiguares tivessem seu direito ao voto

reconhecido<sup>2</sup>. Nesse marco, a professora Celina Guimarães teve sua solicitação atendida e se tornou a primeira mulher brasileira votante. O tema repercutiu na imprensa. No jornal *Voz do Povo*, a ampliação dos direitos das mulheres foi tema de debates, e o periódico registrou tanto opiniões efusivas e comemorativas quanto a ironia de quem não concordava com tais avanços,

Em síntese, ao articular estatuto, identidade e prática (Marques-Pereira, 2009), vê-se que a Primeira República legou uma cidadania formalmente reconhecida, porém seletiva. A energia cívica deslocou-se para experiências extra-institucionais que mantiveram vivo o repertório democrático e criaram as brechas por onde avançariam, mais tarde, o voto feminino e outras agendas igualitárias.

## 2.2 - O DIREITO AO VOTO

O Decreto nº 3.029, de 9 de janeiro de 1881, conhecido como Lei Saraiva, marcou a história do direito do voto no Brasil, pois com o objetivo de melhor qualificar o eleitor a alfabetização passou a ser o critério adotado para votar. Em um país com um enorme contingente de analfabetos, a implicação imediata foi a redução do número de votantes. Essa Lei, no entanto, abriu brechas para as mulheres votarem.

Com base no art. 4º da Lei Saraiva, a dentista Isabel de Souza Mattos, moradora de São José do Norte, na província do Rio Grande, solicitou e obteve o registro como eleitora no ano de 1887. Quando o primeiro governo republicano convocou eleições para a Assembleia Constituinte, em 1890, a doutora Isabel procurou a junta eleitoral com o documento de registro de eleitora emitido em 1887, mas o presidente da Mesa não deixou que ela votasse (Marques, 2019, p. 59).

Outras mulheres brasileiras também se engajaram na luta pelo sufrágio, entre elas estava Josefina Álvares de Azevedo. Essa articulista, juntamente com outras colaboradoras, fazia parte do jornal *A Família* (1888-1897), que defendeu o direito ao voto feminino, tendo escrito inclusive uma peça teatral com esse tema. Josefina também defendia a educação das mulheres. Durante os trabalhos da Assembleia Constituinte vários parlamentares propuseram o voto feminino, mas acabaram vencidos. Entre os argumentos contra o voto feminino estava a família e a delicadeza dos sentimentos das mulheres (Marques, 2019, p. 60-61).

Apesar das representações negativas, o jornal *Voz do Povo* também veiculava manifestações que reconheciam o potencial político do voto feminino. Um articulista, em 1927,

---

<sup>2</sup> Isso só foi possível porque, na Primeira República, os estados brasileiros tinham maior autonomia e uma Constituição própria.

questionava: “Será, talvez, o voto feminino que venha realizar o grande milagre de republicanizar a República?” (Voz..., 1927, p. 1, n. 23). A frase indica que, para alguns setores, a entrada das mulheres na arena eleitoral representava uma possibilidade de fortalecimento democrático, além de consolidar de vez a República como forma de governo.

Esse debate se intensificou após 1930, quando o jornal, alinhado ao governo federal getulista, passou a adotar um tom mais institucional. É nesse contexto que, em 1931, o jornal apresenta um artigo em que aponta os deveres dos cidadãos brasileiros, especialmente dos goianos. Sem autoria identificada, a matéria exprime: “É preciso se capacitem todos os goianos de que é dever de todo cidadão – inclusive as mulheres – trabalhar pelos interesses collectivos. [...] O primeiro dever do bom cidadão – homem ou mulher – é deixar de vez as questinculas pessoas e partidarias” (O dever..., 1931, p. 1.).

Percebemos que a concepção de “dever” do brasileiro sofreu uma alteração a partir deste novo cenário político em que se encontrava o estado de Goiás e o Brasil, pois em 1927 o jornal apresentara como “dever de patriotismo apontar, remodelar, remendar, o que não está direito”. Assim, fica evidente o reposicionamento do discurso veiculado pelo periódico, que, ao se ver como órgão situacionista, toma um tom moderado.

Além disso, destaca-se na matéria de 1931, a ênfase às mulheres no que tange os deveres dos cidadãos. Considerando que um dos sentidos da cidadania se relaciona ao aspecto estatutário (Marques-Pereira, 2009, p. 36), constituído de direitos e deveres, o jornal faz questão de incluir as mulheres nesse rol, expressando que o conceito de cidadania proposto pelo jornal se estende também a elas. A percepção de cidadania representada pelo ponto de vista dos (as) articulistas do jornal abrange aspectos que vão além da mera possibilidade de votar e ser votada, incluindo também direitos e deveres sociais e civis.

Como expresso por Carole Pateman (2010): “O sufrágio é o símbolo primeiro da cidadania”. Nesse sentido, apesar da sua importância, o sufrágio é apenas uma parte da cidadania, que inclui também direitos políticos e jurídicos indispensáveis. Para a autora, o exercício da cidadania é atravessado por diversos marcadores, como gênero, etnia e classe. Diz ela:

Para que a cidadania seja algo mais do que formal, para que tenha um efeito significativo na vida quotidiana e igual valor para todos/as os/as cidadãos/ãs, cada indivíduo tem de ser aceite em pé de igualdade como participante em todas as áreas da vida política e social. Todos/as os/as cidadãs/ãos devem ser considerados/as e aceites como membros iguais das suas sociedades num sentido substantivo e não meramente formal. Pode argumentar-se que a cidadania não é apenas um problema para as mulheres; também nem todos os homens são membros plenos e iguais das suas sociedades. Os homens pobres e os que pertencem a uma variedade de grupos raciais

e étnicos são empurrados para as margens ou perseguidos em muitos países do mundo. Mas as mulheres confrontam-se com alguns problemas muito específicos no que se refere à cidadania[...] (Pateman, 2010, p. 30).

Embora de forma limitada, o Código Eleitoral de 1932 trouxe várias conquistas democráticas como o voto secreto e a justiça eleitoral, além dos avanços na cidadania política (Carvalho, 2008), quando as mulheres ganharam o direito ao voto: “É eleitor o cidadão maior de 21 anos, sem distinção de sexo[...]” (Brasil, 1932). No entanto, outras condições limitavam ainda parte do voto feminino, uma vez que as pessoas analfabetas seguiam sem direitos políticos, o que, na década de 1930, representava a maior parte do povo brasileiro. Desta forma, a cidadania seguia sendo altamente seletiva.

Apesar dessas restrições, o sufrágio feminino foi uma conquista fundamental, resultado direto das lutas conduzidas pelas mulheres emancipacionistas nas décadas anteriores. A partir desse marco, novas frentes de reivindicação se abriram, voltadas sobretudo à ampliação dos direitos civis e sociais. É nesse contexto que ganham destaque as vozes femininas que, como Marie Joseph, articularam na imprensa regional não apenas a defesa do voto, mas uma concepção mais ampla de participação, dever público e transformação social.

### 2.3 - NARRATIVAS DOS HOMENS SOBRE AS MULHERES

Mesmo sendo uma pauta que movimentou o Brasil, o direito ao voto para as mulheres não era consensual. No *Voz do Povo* a maior parte dos articulistas, homens e mulheres, se posicionava a favor da ampliação desses direitos, no entanto, também havia vozes dissonantes, que ironizavam e depreciavam a busca feminina pelo sufrágio.

Um exemplo significativo foi a manifestação de Diogo de Gusmão (1931), que coloca a seguinte epígrafe na sua matéria: “Ao que disem os jornaes, em breves tempos será implantado no Brasil o voto feminino”. Sobre isso ele escreve um poema satírico que revela sua posição conservadora e patriarcal:

#### Entre Eleitoras

– Vae haver, no fim do mez  
Eleição p’ra deputado.  
Esse pleito, desta vez,  
Vae ser muito disputado.

Tu vaez votar? – Eu? Não vês?  
Ah, não fosse o meu estado  
De adiantada gravidez...  
Votaria no Conrado!

E em quem votas? No Sardinha,  
No Godofredo, no Mattos,  
No Sá, no Gil ou no Britto?

– Inda não sei, Mariinha..  
Não conheço os candidatos...  
Qual delles o mais bonito?

Diogo de Gusmão  
(Voz do Povo, 1931, p. 3)

O poeta critica a possibilidade da implementação do voto feminino, uma vez que, em sua concepção, os critérios das mulheres para a escolha dos candidatos seriam superficiais, ligados à aparência masculina, mostrando o desconhecimento sobre o cenário político. Ao fazer esse comentário, Gusmão demonstra que, mesmo com a luta das mulheres, que buscavam o direito ao sufrágio desde o final do século XIX, e tendo parte delas já conquistado esse direito, em alguns lugares do país, as mulheres seguiam sendo representadas de forma estereotipada por parte da população.

Essas construções simbólicas do feminino como frívolo ou emocional encontravam eco também nas propagandas veiculadas pelo periódico. As propagandas diversas, em geral, eram um elemento fixo do jornal, concentrando-se principalmente na última página, muitas vezes valendo-se de ilustrações para chamar a atenção dos leitores. Mas havia propagandas voltadas ao público feminino que apareciam em destaque na forma de texto, na segunda página do periódico, ocupando até três colunas. Para Barbosa (2007, p. 57), essa quantidade de publicidade “indica um público ávido por consumo e modernidade”, indícios de que o jornal percebia as mulheres como um público consumidor.

A linguagem dessas propagandas era altamente persuasiva, recorrendo à sensibilidade das leitoras como estratégia de convencimento, a começar pelos títulos: “Como as mulheres sofrem” e “Casamentos: o que toda moça deve saber antes e depois do casamento!”. Esses títulos sugestivos eram comerciais do remédio Regulador Gesteira. O produto era descrito como a “salvação das mulheres” e sua eficácia estava ligada à promessa de restaurar o equilíbrio emocional e físico feminino.

Figura 2: Propaganda do Regulador Gesteira

### Telegrammas

Rio, 26.  
O "Globo" de hontem em sua primeira pagina, abre rodapé o telegramma sobre as camisas vermelhas ideadas pelo senador Caiado.

"A Critica" commenta essa noticia. "O Globo" de hoje em rodapé noticia a partida do Senador Caiado cercado de força policial.

A Succursal distribuiu á imprensa comunicado sobre as camisas vermelhas, explicando os motivos de sua organisação.

Rio, 27.  
Diversas jornaes noticiam a partida apparatusa do Senador Caiado. O "Diario Carioca" diz que são assim todos os despoitas:muito valentes quando cercados de soldados e capangas.

Depois fazem se representantes da nação, mesmo quando sahem dos respectivos Estados escultados.

—O "Jornal do Brasil" e o "Correio da Manhã" fazem commentarios sobre os commens sermões afirmando que a dejeo do Senador Caiado é conflagrar o Estado na hypothese do Dr. Alfredo de Moraes cumpriar as promessas de sua platatorma.

—Consta que os proprios partidarios do Senador Caiado informam a pessima impressão que causou aqui a idéa ridicula de facismo em Goyaz.

—A Esquerda dedica rodapé prolifigando as camisas vermelhas.

Rio, 27.  
Constituiu manifestação excepcional a levada á effeito Sabbado ultimo pelas municipalidades mineiras ao Presidente Antonio Carlos.

A imprensa resalta a significação politica desse grande acontecimento.

—Os jornaes continuam a franceza, para a gente ficar com cara de relógio parado.

O aquelle jornal está com os soffres muito vadios ou já se venalizou muito mais do que pensa Mattos Pimenta.

—O—  
Afinal, nós já estamos com pena dessa pobre diabo que é o delgado Barros. Deixaram o soffinho os que o indiziam a praticar os crimes do sudoeste e tornaram-se—parece incrível—seus grandes accusadores, depois que viram fraccassada a investida para o

## Casamentos

### O Que Toda Moça Deve Saber Antes e Depois Do Casamento!

**Minhas Senhoras!**

Todos sabem que Certos Terriveis Padecimentos e as mais Perigosas Perturbações Genitais são Sofrimentos que perseguem grande numero de Mulheres.

Quantas vidas cheias de desgostos e pereres, quantas lagrimas, quanta tristeza e quantos desenganos produzidos por estas tão dolorosas Enfermidades!!

Quantas Senhoras Solteiras, Casadas ou Viúvas, que padecem de tão terriveis Doenças!!

Quanta Mãe de Família se considera infeliz, por soffrer assim!

Quem tem a infelicidade de soffrer do Utero sabe bem o que é padecer!!

Palpitações do Coração, Aperto e Agonia no Coração, Falta de Ar, Sufoções, Sensação de Aperto na Garganta, Cançaos, Falta de Sono, Falta de Appetite, incommodos do Estomago, Arrotos Frequentes, Azia, Boca Amarga, Ventosidades na Barriga, Enjôos, Latejamento e Quentura na Cabeça, Peso na Cabeça, Fontadas e Dores de Cabeça, Dores no Peito, Dores nas Costas, Dores nas Cadeiras, Fontadas e Dores no Ventro, Tonturas, Tremuras, Excitações Nervosas, Escurecimentos da Vista, Desmaios, Zumbidos nos Ouidos, Vertigens, Ataques Nervosos, Estremecimentos, Formigamentos Subitos, Caimbras e Fraqueza das Pernas, Suores Frios ou Abundantes, Arrepios, Doençencias, Sensação de Calor em Diferentes Partes do Corpo, Vontade de Chorar sem ter Motivos, Enfraquecimento da Memória, Moleza no Corpo, Falta de Animo para Fazer qualquer Trabalho, Frio nos Pés e nas Mãos, Manchas na Pelle, Certas Coceiras, Certas Tosses, Ataques de Hemorrhoidas, etc. Tudo isto pode ser causado pela inflamação do Utero!

Até o Genio da Mulher pode ficar alterado e ella de alegre que era, passa a ser triste, aborrecida, zangando-se facilmente pelas cousas mais insignificantes!

**O Melhor Tratamento é usar Regulador Gesteira**

Sim! Sim!

**REGULADOR GESTEIRA** é o Remedio de Confiança para tratar inflamação do Utero, o Catarro do Utero causado pela inflamação, Anemia, Pálida, Amarelidão e Desarranjos Nervosos causados pelas Moléstias do Utero, a Fouca Menstruação, as Dores e Colicas do Utero e Ovarios, as Hemorrhoidas do Utero, as Menstruações Exageradas e Muito Portes ou Muito Demoradas, as Dores da Menstruação, as Ameças de Aborto e as Hemorrhoidas causadas pelo Peso do Utero inflamado!

Comecem hoje mesmo a usar **Regulador Gesteira**

### LOGICA ATTITUDE

Estranham os do Democrata a attitude hostil que Fulda Povo mantem, desde seu inicio, contra o Senador Ramos Caiado, presidente da Comissão Executiva do P. Democrata. enquanto, conservando em silencio com relação a outros membros do mesmo partido, elogia aos demais. Procura o articulista dividir a Comissão Executiva em tres classes: uma que vem sendo combatida com ardor — a dos Ramos Caiado; outra cuja attitude tem sido elogiada — Alfredo de Moraes, Olegario, Rocha Lima e Guedes de Amorim; e, finalmente, a terceira, contra a qual *Voz do Povo* tem se conservado em silencio — Ayres da Silva e Jubé.

Nenhuma preferéncia ou predileção alimentamos por estes ou aquelles membros da Comissão Executiva; mas cultores do Direito e da Justiça procuramos dar sempre a Cesar o que a Cesar pertence.

Em um ponto, entretanto, estamos de inteiro accordo com o articulista; é quando diz que o nosso ataque visa, de preferéncia, a pessoa do Senador Ramos Caiado.

Infelizmente assim tem sido e essa nossa attitude, em "gastar cera com tão máo defunio", parece, á primeira vista, prejudicar o programma traçado pela *Voz do Povo*. Mas, de outra maneira não deveremos agir, sabido que o desenvolvimento do nosso Estado depende, em primeiro logar, do estirpamento do kisto oligarchico, que é o caiadismo.

A dejesa da instrução, da hygiene da viação, a protecção á lavoura, ao commercio e ás industrias, tudo isso, resultará inútil si os poderes publicos continuarem entregues a mãos inhábéis para a administração e o que é peor de tudo, sem respeito ao decoro publico e á moralidade administrativa.

Contra-gosto temos visado, em nossas criticas, de preferéncia, a pessoa do Senador Ramos Caiado, por ser elle o unico responsavel pela orientação politica do Estado. Querer negar esse facto importa em empregar aos demais membros do P. Democrata, defeitos que elles não possuem.

Desçamos aos detalhes.

Não ha muito tempo, por occasião do preenchimento da vaga de Senador Federal, aberta com o fallecimento de

O Senador Caiado, entretanto, não obstante vencido, tanto fallou, tanto gritou e taes inconveniencias praticou que seus pares julgaram prudente sacrificar a candidatura a Alves de Castro para satisfazer aos desejos do presidente fructulento.

Outro factor quando se cogitou das candidaturas municipais desta Capital, a maioria da Comissão Executiva era sympathica á escolha do Cel. Abílio para successor do Dr. Agenor de Castro.

O Senador Caiado, quando soube, vetou arbitrariamente essa candidatura e, com grande surpresa para todos, impoz o nome de seu irmão Arnulpho.

Mais outro facto: Ha pouco, quando se procedeu á organização da chapa para vice-presidentes do Estado, sabia-se era esperada com gerês sympathicas que a escolha recabisse nos nomes dos senadores Felisimo Vianna e Pedro Borba ou, pelo menos, em um delles. Entretanto, o Sen. Joz. Cardoso, timbrando em contrariar a vontade de seus companheiros de directorio, lançou a candidatura dos coronéis José Francisco e Diogenes de Castro Ribeiro.

Dahi a nossa convicção de que o Senador Caiado não acata a resolução de seus companheiros da Comissão Executiva. Estes aceitam, com apparente boa vontade, as arbitrariedades do sobra, porque não querem abandonar a alca do caixaõ e, como bons soldados, levarão o esquele á sepultura. Aliás, isto não constitue novidade em politica. Antonio Carlos, o mais liberal dos actuaes presidentes das nossas unidades federativas, não foi leader do governo Bernardes?

Agora, vamos esclarecer ao articulista o motivo de nossa attitude de silencio e de elogio aos demais membros da comissão executiva do p. democrata.

Em primeiro logar reconhecemos que, embora adversarios, esses membros têm respeitado os nossos direitos de opposicionistas á situação dominante; desejam o progresso do Estado e, si fossem ouvidos, condemnariam por certos as inominaveis violencias e desmandos administrativos.

Em segundo logar, somos gratos porque conseguiram el-es triumphar, uma vez, contra a vontade de seus

commentar a manifestação ao Dr. Antonio Carlos, firzando sua extraordinaria importancia em face da successão presidencial.

Rio, 30.  
O "Correio da Manhã" relatando a viagem do Senador Caiado escultado por Força Publica, relembra os crimes praticados no Sudoeste, commentando a fazer a defeza do Governo do Estado explicando-lhe definitivamente.

Rio, 31.  
Mattos Pimenta, director do "A Ordem" e membro da Comissão Executiva do Partido Democratico Carioca, vai processar Assis Chateaubriand, Director do "O

**Empreiteiros de perfidias**

Logo que se nos deparou a pasquinada indigesta e indigerivel do Senador Caiado sob o rotulo de "Empreiteiros do Crime", telegraphamos a Domingos Vellaco.

E fizemol-o não foi para esclarecer o que estava claro como agua crystalina, mas para que esse invencivel batalhador pela nossa emancipação moral e politica tivesse logz' conhecimento de mais essa perfidia do Senador Caiado, sempre imbecil, por perversidade.

Eis a resposta:

Rio, 28.

trarem assim a necessidade de serem, quanto antes, apiedados do poder esses cultores de infamias.

E são esses guardas desbotados do erario publico, perturbadores da ordem constitucional e inventores de complotes, e de cheicinas, que não perdem ensejo de levantar suspeitas com insinuações perversas de imaginarios assassinos politicos do Senador, para justificarem os fins criminosos que têm em mira e que já são do dominio publico, com a invenção desças "Camisas vermelhas".

Mas o Senador, e os que o acompanham ergamente, no seu desvario não medem a ex-

Fonte: Voz do Povo, p. 2, n. 88, 1928. Disponível em: <<https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=763454&pesq=&pagfis=366>>. Acesso em: jul. 2025.

Esse método de persuasão foi observado por Mario Luiz Gomes (2006, p. 1010), que afirma que o discurso da propaganda visava ratificar as vantagens do corpo saudável, e que os leitores e leitoras, ao serem convencidos pelos argumentos dos textos, adquiriam o medicamento na perspectiva de uma recompensa "física, material e sentimental". Um dos textos publicitários mais reveladores, intitulado "Como as mulheres sofrem", descreve:

As mulheres sofrem muito mais do que os homens e adoecem muito mais facilmente do que elles.

Isto não é nenhum segredo para os bons medicos.

O organismo da mulher é muito mais delicado, muito mais vibratil e mais sensível do que o dos homens.

A prova é que um Susto ou Medo Repentino tem sempre efeitos mais desastrosos e consequencias mais graves para as Mulheres.

Algumas mulheres são tão sensíveis, os seus Nervos são tão delicados, que basta ás vezes a Leitura de um Romance comovente, um aborrecimento ou uma noticia inesperada, para que certos Orgãos internos comecem a sofrer. [...] (Voz do Povo, 1929, p. 2, n. 109).

A representação da mulher como o “sexo frágil”, cuja saúde seria mais delicada e exigiria maiores cuidados do que a dos homens, foi durante muito tempo sustentada pela medicina. Através do discurso científico, legitimou-se essa percepção dentro de uma lógica patriarcal. Como explica a historiadora Mary Del Priore (2022, p. 84), “a ignorância fisiológica e as fantasias sobre o corpo feminino acabavam abrindo espaço para que a ciência médica construísse um saber masculino e um discurso de desconfiança em relação à mulher”. Historicamente, o corpo feminino foi associado à instabilidade emocional e à fragilidade física, o que serviu para justificar sua exclusão da esfera pública. Nesse contexto, a suposta “preocupação” com a saúde das mulheres era frequentemente utilizada como argumento para restringir sua atuação social e política, funcionando como um entrave à sua plena participação na vida pública, especialmente no acesso a cargos de gestão e liderança.

O que está posto nessas representações é um cenário de dominação masculina. A ideia da dominação masculina é abordada por Pierre Bourdieu (2012), segundo o qual essa dominação é mantida e reproduzida por estruturas sociais, que por sua vez, se introjetam nas instituições – família, escola, Estado, igreja. A dominação masculina se alicerça no androcentrismo, resultando em práticas que reafirmam a condição masculina como neutra. O autor explica que: “A força da ordem masculina se evidencia no fato de que ela dispensa justificação: a visão androcêntrica impõe-se como neutra e não tem necessidade de se enunciar em discursos que visem a legitimá-la ” (Bourdieu, 2012, p.18).

Segundo Carole Pateman, essa lógica resulta na construção de uma cidadania patriarcal, na qual as mulheres ocupam uma posição de inferioridade simbólica e legal. Embora os discursos progressistas reconhecessem, em parte, a importância da participação feminina, muitos ainda a vinculavam a papéis restritos ao cuidado, à domesticidade e à emoção. As mulheres, assim, eram integradas à noção de cidadania de forma parcial e subordinada, como cidadãs de “segunda classe” (Marques-Pereira, 2009). Essa lógica ainda persiste na sociedade brasileira, sendo compartilhada por homens e mulheres, havendo evidentemente, exceções e resistências.

### 3 – MULHERES NA IMPRENSA: OS ESCRITOS ENGAJADOS DE MARIE JOSEPH

Este capítulo dedica-se à análise da participação feminina na imprensa, com destaque para a produção intelectual de Marie Joseph, uma das principais articulistas identificadas no jornal *Voz do Povo*. Com base em seus escritos engajados, busca-se compreender como sua trajetória e sua inserção no campo político goiano influenciaram suas posições quanto ao papel das mulheres na sociedade e à necessidade de reformas sociais e educacionais. Entende-se aqui por “engajamento” o compromisso dos (as) intelectuais com as questões sociais, políticas e econômicas do seu tempo (Denis, 2002, p. 41). Importante destacar que, embora veicule escritos engajados com o Movimento Feminista, a escritora denota sua posição elitista e uma visão colonial, por sua origem europeia e filiação de classe.

#### 3.1 - A TRAJETÓRIA DE MARIE JOSEPH

Para compreender os escritos de Marie Joseph no periódico *Voz do Povo*, é fundamental conhecer aspectos de sua trajetória pessoal e intelectual. Augusta Marie Joseph Bougelet de Souza nasceu em 23 de novembro de 1887, na cidade de La Vacherie, na Bélgica, sendo filha de Victor Joseph Bougelet e Philomene Hennico. Em sua certidão de nascimento consta que o pai era professor, enquanto a mãe se ocupava com “prendas domésticas”. Marie Joseph obteve um Bacharelado em Artes (B.A.) em 1924 e um Doutorado em Filosofia (Ph.D.) em 1926, ambos pela Universidade de Londres (University of London).

**Figura 3: Retrato de Marie Joseph**



Fonte: Acervo digital do Arquivo Nacional. Disponível em: <[https://sian.an.gov.br/sianex/consulta/Pesquisa\\_Livre\\_Painel\\_Resultado.asp?v\\_CodReferencia\\_id=2376024&v\\_abas=1](https://sian.an.gov.br/sianex/consulta/Pesquisa_Livre_Painel_Resultado.asp?v_CodReferencia_id=2376024&v_abas=1)>. Acesso em: jun. 2025

Joseph casou-se com Vasco Felix de Souza em 25 de abril de 1925. Esse era filho do desembargador do Rio das Almas, Benedito Felix de Souza e Adelaide de Bulhões Felix de Souza. Vasco de Souza ocupou o cargo de primeiro escriturário na Delegacia Fiscal do Tesouro Nacional em Londres; provavelmente, foi em decorrência desse cargo que os dois se conheceram e vieram a contrair matrimônio. As datas mencionadas chamam a atenção: o casamento entre Marie Joseph e Vasco de Souza acontece entre as datas em que ela adquire os seus dois títulos no ensino superior, o que sugere o apoio do marido em relação à sua formação.

O perfil biográfico de Marie Joseph evidencia que ela era uma mulher da elite, intelectualizada, com ideais progressistas e com boas relações interpessoais. O casamento com Vasco Felix de Souza, membro de uma das famílias mais influentes de Goiás, insere a autora em meio às relações de poder locais e possibilita o acesso de seus textos ao *Voz do Povo*.

A estreia de publicação da autora no jornal dá-se em setembro de 1927, quando publica um poema em francês intitulado *La Vie* (Joseph, 1927, n. 14, p. 1), em destaque, na primeira página. A edição seguinte também registra um outro poema em francês da autora, *Pertitude* (Joseph, 1927, n. 15, p. 1). Entretanto, a participação da escritora no semanário é interrompida quando, em outubro de 1927, o jornal informa-nos sobre a partida de Marie Joseph e do marido para a Europa, em virtude do trabalho do mesmo (Hospedes..., 1927, p. 3).

Joseph volta a aparecer no jornal apenas em 1931, quando retorna ao Brasil. Segundo o jornal, seu marido, Vasco de Souza, recebe nomeação para trabalhar como inspetor geral das partições estaduais, cargo subordinado ao Ministério da Fazenda (Inspeção..., 1931, p. 3). A partir de então, em 1931 e 1932, registra-se maior volume de publicações da autora, em especial, os artigos de opinião.

Considerando os escritos de Bourdieu (1986) sobre a ilusão biográfica, buscamos evitar uma leitura linear ou idealizada da trajetória de Marie Joseph Bougelet de Souza. Em vez disso, propomos analisar seus escritos a partir do seu local de fala e das condições objetivas que moldaram sua consciência possível, ou seja, os limites históricos e sociais que condicionaram suas percepções, escolhas e tomadas de posição.

A atuação de Joseph no *Voz do Povo* coincide com uma maior presença das mulheres na imprensa goiana e em outros espaços públicos do estado. Na mesma época, começou a circular o jornal *A Rosa* (1907 a 1909), que aguaritava tanto mulheres quanto homens como seus colaboradores. Já na década de 1920 foi concebido o jornal literário, *O Lar*, que continha muitas publicações femininas. Segundo Bento Fleury (2022), “O Lar estampou o pensamento feminino em ascensão nos anos 20”, sendo “a coroação dos esforços de gerações e gerações de

mulheres destemidas e arrojadas, fortes e resolutas que abrilhantaram os últimos anos da cidade de Goiás na condição de capital do Estado.”

É nesse contexto que se inserem os escritos de Marie Joseph, sendo que o espaço ocupado pela escritora na imprensa foi delineado por outras mulheres que a antecederam. Como afirma Sávia Diniz (2003, p. 21): “a imprensa ocupou um papel estratégico na elaboração de discursos e valores a serem apreendidos ou contestados. Por outro lado, inseridas em uma inédita perspectiva de atuação histórica, as mulheres alcançaram novos lugares sociais e lançaram ao debate as desigualdades estabelecidas entre os gêneros.”

Se considerarmos, como Bourdieu (2002, p. 164), que o campo político pode ser compreendido como um campo de lutas que têm em vista “transformar a relação de forças que confere a este campo a sua estrutura em dado momento”, a presença de Marie Joseph nesse cenário, com publicações constantes, já demonstra o êxito da inserção das mulheres letradas da elite neste campo. Uma vez inseridas nas disputas do campo político, usando a imprensa como meio de inserção, as mulheres elitizadas passam a buscar o reconhecimento do seu poder simbólico, ou seja, as mulheres buscam o reconhecimento dos seus discursos como discursos legítimos e autorizados.

A presença das mulheres na imprensa as insere formalmente no campo da elite intelectual goiana, uma vez que a imprensa goiana era composta majoritariamente de sujeitos com alto capital cultural, domínio da escrita formal e acesso a redes políticas, constituindo uma “elite intelectual local” (Arrais, 2013). Assim, ao publicarem seus textos no *Voz do Povo*, as mulheres não apenas reivindicavam direitos, mas também sua pertença a essa elite cultural, atuando como intelectuais de uma classe letrada em consolidação no estado.

### 3.2 - VOZES DAS MULHERES NA IMPRENSA

O direito ao voto e a educação foram as principais pautas das mulheres na Primeira República, fazendo parte das matérias que eram publicadas pelas articulistas do *Voz do Povo*. A notícia sobre o voto feminino, em 1927, foi recebida com entusiasmo pelas mulheres goianas. Em matéria publicada em dezembro desse ano, uma articulista chamada Georgina F. de Souza declara o século XX como “O século da mulher”:

O assumpto mais empolgante do momento politico nacional é o facto do governo do Rio Grande do Norte, instituindo o voto feminino, agitando o congresso federal, em discussões, para firmar-se essa lei no paiz.

Acompanhando esse triunfo inicial dos nossos direitos, em nossa patria, penso em Goyaz e nas minhas conterraneas que tanto tem demonstrado a sua cultura intellectual, a nobreza dos seus ideaes, apesar da enorme distancia que as separa dos centros mais civilizados (Souza, 1927).

Georgina F. de Souza considerava que as mulheres deveriam possuir os mesmos direitos dos homens, tendo acesso ao Parlamento, no comércio, nos colégios e nas profissões liberais. Por essa razão, ela conclama, em artigo no *Voz do Povo*, suas conterrâneas de Goiás para lutarem, nos jornais e nas tribunas, pelo direito ao voto opondo-se àqueles que consideravam as mulheres como inferiores (Souza, 1927).

Quando Georgina diz que a mulher do século XX não pode ser como a mulher do passado, entendemos que a autora estava em consonância com o discurso sobre a modernidade e o desenvolvimento que predominava na década de 1920. O ideário moderno que circulava estendia-se aos debates políticos, sociais e culturais, que “buscavam modernizar o Brasil”, como aponta a historiadora Angela de Castro Gomes (2007, p. 511). A pauta sobre os direitos das mulheres e suas representações sociais se encaixa nesse contexto.

A mobilização discursiva das mulheres na imprensa antecedeu e impulsionou formas mais organizadas de ação coletiva, que, em Goiás, se desdobraram em iniciativas institucionais voltadas a dar forma política às demandas femininas. Essa efervescência cultural e política ganhou força em 1929, quando Consuelo de Ramos Caiado assumiu a presidência do Gabinete Literário de Goiás, consolidando esse espaço como um centro de articulação intelectual, artística e política liderado por mulheres. Desde então, o Gabinete Literário se tornou um local de encontros intelectuais, artísticos, literários e também políticos, uma vez que as mulheres envolvidas na direção do Gabinete fundaram, em 1931, a Federação Goyana pelo Progresso Feminino.

Já no Estatuto inaugural da Federação são mencionadas as demandas das mulheres relacionadas à aquisição do direito ao voto, promoção da educação e garantias legislativas quanto ao trabalho feminino. As reivindicações das mulheres goianas se caracterizavam como uma política feminista, pois se faziam representar através de práticas que visavam ampliar a participação das mulheres na sociedade, de forma a “promover rupturas no médio e longo prazo com as tradições misóginas que as relegaram aos espaços confinados do doméstico, do apolítico, do trabalho não remunerado” (Carvalho; Sant’anna, 2017).

Quanto à cidadania feminina, Maria Lygia Quartim de Moraes destaca que as condições para que as mulheres exercessem seus direitos eram definidas pela projeção dos valores (androcêntricos) que as instituições – família, Estado, escola e igreja – concebiam sobre o lugar

da mulher na sociedade. Na percepção de Moraes (2005, p. 497): “as representações do sexo feminino” eram “iniciadas na vida prática pelo aprendizado das tarefas domésticas”. As mulheres eram educadas para “maternar”, para as tarefas de cuidado – com os outros e com o lar. É por isso que, mesmo lutando pela ampliação dos seus direitos, as mulheres não abandonavam o que era visto como o “seu papel”, pois estas funções perpassavam os valores sociais e morais projetados pelas instituições.

As mulheres evocavam em suas escritas a concepção da função social das mulheres, instigando-as na luta pelos seus direitos e destacando que elas deveriam se instruir e politizar, além de cumprir com seu papel como mãe e esposa. O conclave pela ampliação dos direitos femininos não se contrapunha à execução destes papéis. No artigo intitulado “O serviço social e as mulheres” a articulista Marie Joseph (1931), postula que “a verdadeira feminista é a mulher que conhece e dá cumprimento a seus deveres de filha, esposa, mãe; a que se convence da sua posição verdadeira pelo trabalho quotidiano no lar[...].” Ainda segundo ela: “pelo simples facto de trabalhar para ganhar dinheiro, não vem a ser a mulher feminista”.

Sem ignorar os deveres domésticos incumbidos à mulher, a autora percebe que elas não podem se restringir a essas funções. Ela entende que a educação das mulheres não era um direito, mas um dever, sendo competência das mesmas educar-se, ler as notícias importantes que concerne a seus interesses e aos interesses da comunidade, e formar suas próprias opiniões, para assim, contribuir com o desenvolvimento do seu Estado e da sua família. Tal comportamento também foi observado por Norma Telles (2022, p. 427) ao indicar que os periódicos faziam campanhas pela educação da mulher, ainda que os relacionando ao papel de mãe, esposa e dona de casa, mas afirma que “no contexto, no entanto, a contribuição é valiosa e era importante enaltecer a mulher tanto dentro quanto fora de casa”.

Em um fragmento retirado do artigo de Georgina F. de Souza (1927) chama a atenção a percepção da autora a respeito da importância da imprensa no debate que concerne os direitos civis e políticos das mulheres: “Atravez dos jornaes e das tribunas, lançaes-vos com ardor em prol do feminismo em Goyaz, ajudando com a vossa intelligencia e inspiração, os que luctam na Cruzada Santa pelo levantamento politico, economico e social do nosso Estado”. A imprensa, portanto, era compreendida como um espaço em que as mulheres goianas deveriam ocupar. Como expresso por Michelle Perrot (2019, p. 34), “as feministas têm consciência do papel da imprensa na opinião pública”, portanto, ocupam esse espaço de maneira engajada, com profissionalismo e idealismo.

Usar o jornal como mecanismo de difusão dos seus discursos foi uma importante estratégia para as mulheres romperem publicamente com o silêncio secular. Fica claro, assim,

a consciência das mulheres sobre o poder da imprensa para darem visibilidade para as suas demandas. Isso fica evidente quando em um dos seus artigos a articulista Marie Joseph aponta que apesar de as mulheres ainda não terem o direito ao voto reconhecido no Brasil, elas poderiam “influir grandemente na constituição das leis por seu exemplo, seus discursos, seus escriptos” (Joseph, 1931, p. 2). O próprio jornal *Voz do Povo* concebia a imprensa como o “órgão orientador da opinião publica goyana” (Guanabiro, 1929), ao se posicionar como um veículo mediador, que promovia a circulação das ideias.

Há muito mérito nas articulistas presentes no periódico em conquistar um espaço de exposição na imprensa tradicional, não se restringindo a jornais femininos, especialmente à medida em que o *Voz do Povo* ganha maior relevância e, na década de 1930, se projeta como o periódico ligado ao grupo político no poder.

### **3.3 - OS ESCRITOS ENGAJADOS DE MARIE JOSEPH**

Marie Joseph dedica grande parte de seus textos à defesa do papel ativo das mulheres na sociedade e, principalmente, à sua inserção nas esferas de poder. Embora as mulheres estivessem formalmente excluídas dos espaços de decisão política em Goiás durante a Primeira República, Joseph reconhecia que elas ainda tinham um papel crucial a desempenhar nas transformações sociais, tanto no âmbito privado quanto no público. Em seu artigo “O Serviço Social e as Mulheres” (1931, n. 205, p. 1.), ela afirma: “A sociedade vive das energias de todos os seus membros. Nessa cooperação cabe muitas vezes á mulher levantar discutir dar solução a problemas dos quaes os homens [...] têm fugido”. Com essa afirmação, Joseph desafia a ideia de que as mulheres deveriam se limitar às funções domésticas, defendendo que elas têm a responsabilidade de atuar diretamente nas esferas de poder.

Essa defesa da participação feminina vai ao encontro da análise de Nilson de Souza Freire (2013), que aponta que, apesar da exclusão formal das mulheres das esferas políticas, elas influenciavam as decisões políticas a partir de suas posições nos espaços privados. Freire (2013) argumenta que mesmo que não fosse permitido às mulheres a participação nas eleições e nos partidos políticos, elas conseguiam exercer influência nas relações de poder a partir de outros ambientes privados. Dessa forma, os espaços privados, como a casa e a igreja, adquiriam ares de arena pública. Nancy Fraser (2022) defende que havia várias maneiras de acessar a vida pública, e que esses espaços onde as mulheres atuavam para a circulação das suas ideias, configuram uma multiplicidade de arenas públicas “não-hegemônicas”.

A casa, normalmente vista como o domínio feminino, tornou-se um espaço onde as mulheres podiam negociar, discutir e influenciar decisões políticas que afetavam tanto suas famílias quanto a sociedade em geral. A própria Marie Joseph reconhece o valor dessa atuação no âmbito privado do lar, e aponta: “É claro que, sem ser eleitora e elegível, a mulher não terá oportunidade – de ver suas idéias vitoriosas; nada impede, em todo caso, que ella ao menos tente exercer sadia influencia sobre as idéas de seu marido e filhos.” (Joseph, 1931, p. 1).

Segundo Nilson de Souza Freire (2013, p. 61): “casamento e eleição colocaram as mulheres em evidências nos embates e arranjos políticos na Primeira República em Goiás.” É sabido que, historicamente, desde o Período Colonial, o casamento tem sido utilizado pelas mulheres como uma estratégia para alcançar poder e influência. Com a instauração da República, a novidade residiu no reconhecimento das eleições como um novo e legítimo meio de aquisição de poder, ampliando as possibilidades de participação feminina, por isso suas lutas contundentes para a aquisição de direitos políticos.

Ao analisarmos os artigos da articulista Marie Joseph, notamos que, por sua vez, ela não se contenta apenas com a atuação nos bastidores; ela advoga por uma participação pública e ativa das mulheres. Ao convocá-las a se envolverem diretamente nas discussões e soluções para os problemas sociais, Joseph rompe com a visão tradicional de que o papel da mulher deveria ser confinado à esfera doméstica, incitando sua atuação na esfera pública: “torna-se preciso que ellas se reunam em clubs, congressos, partidos [...]; que, valendo pelo numero e pelo saber, sejam capazes de enviar seus representantes ao Parlamento á direcção do paiz, afim de que, nesses postos, possam defender seus direitos, idéas e ideaes.” (Joseph, 1931, n. 205, p. 1).

Outro ponto importante levantado por Joseph é a necessidade de organização política das mulheres. Em seus escritos, ela destaca o quanto a união e a cooperação feminina poderiam ser uma força transformadora na sociedade, especialmente em questões como a saúde e a educação, áreas tradicionalmente associadas ao cuidado feminino, mas que Joseph via como espaços de poder social (Joseph, 1931, n. 205, p. 1).

Isto posto, observamos que ao mesmo tempo em que Marie Joseph reconhece o valor da influência feminina no âmbito privado, ela também incentiva as mulheres de Goiás para que tenham diligências na busca dos seus direitos. Esses discursos de Marie Joseph não são antagônicos. Ao contrário, evidenciam a existência de uma dicotomia público/privado de caráter histórico, ao menos no que tange a vida política do Brasil, envolvendo espaços de poder. Essa dicotomia faz parte das construções históricas abstratas (Novaes, 2015), uma vez que as fronteiras entre esses espaços são fronteiras simbólicas e ideológicas. Entretanto, na vida

cotidiana essas fronteiras não eram intransponíveis, de modo que as realidades vividas pelas mulheres possibilitavam ações cambiantes entre estes dois espaços.

Ao que tudo indica, Marie Joseph dispunha de respaldo público para articular suas observações e demandas. O primeiro indício é, como destacado, a constância de suas publicações. Além disso, a posição de seus textos no periódico, frequentemente na primeira ou segunda página, junto a outros artigos de opinião, revela o destaque e a relevância atribuídos aos seus escritos. Soma-se a essas evidências a análise da linguagem empregada pela autora. Em algumas de suas publicações, encontramos vestígios da boa receptividade do público quanto às suas expressividades, como, por exemplo, no início do seu artigo “Educação Poppular”, que ela introduz assim: “Vou, hoje, bater na minha tecla favorita: a elevação do nível intellectual e moral da massa popular” (Joseph, 1932, n. 251, p. 2), apontando a recorrência com que falava deste tema; ou ainda, quando é solicitada para comentar algum assunto, como quando anuncia: “Pediram-me para escrever sobre esse objeto” (Joseph, 1932, n. 255, p. 2), iniciando assim um artigo em que discorre sua opinião sobre a mudança da capital do estado. Estes dois artigos da autora são importantes pois apontam que em seus artigos jornalísticos abordam a realidade social e política de Goiás.

No que se refere a “Educação Poppular” em Goiás, Joseph declara: “Ensinar a ler, escrever e contar é muito bom; mas é melhor ainda despertar o desejo de saber essas cousas e muitas outras que podem encher de prazer e de satisfações elevadas uma existencia em apparencia sem relevos.” (1932, n 251, p. 2). Ao propor uma educação que não se limita a simples alfabetização, Joseph compreende que a educação deve possibilitar que os indivíduos alcancem uma maior consciência social. Isto posto, não ignoramos o fato de que a educação formal era um privilégio que alcançava uma minoria da população.

Já no que se refere ao tema da “mudança da capital”, a autora não se furta ao direito de emitir opinião contrária à da maioria dos demais redatores do jornal, que, em geral, defendiam a mudança. Diz a articulista: “Ora, a mudança de uma capital não póde depender da vontade de um grupo, por mais respeitaveis que sejam suas intenções. Isso é patente!” (Joseph, 1932, n 255, p. 2). Ela ainda aponta: “No caso em vista [a mudança da capital] é, pois, grande imprudencia pensar na edificação de uma cidade moderna.” E complementa: [...] Goyaz não possui estradas de ferro, nem estradas de rodagem, nem vias fluviaes pelas quaes os materiaes necessários possam ser transportados rapidamente e por preços razuaveis.” Com esses apontamentos, Marie Joseph destaca a necessidade de progresso em Goiás. Ela parece ver o estado como uma região que, embora rica em recursos e potencial humano, carece de desenvolvimento.

Joseph, assim como parte da elite da Cidade de Goiás, defende o desenvolvimento da antiga capital e não a mudança para Goiânia. A mudança da capital para outra cidade deslocava o poder dessas elites para outro centro, justificando a resistência de alguns em relação a essa mudança. No artigo “Sabbado”, onde discorre sobre a crescente incidência de pessoas pobres e pedintes da cidade, a autora reitera sua posição, afirmando: “Alguem dizia noutro dia: ‘Gostaria que se mudasse a capital só para acabar com esse constante peditório; pois imagino que, numa cidade moderna, não seria permittida a mendicância’. Ingenuidade! Mas os partidários da mudança bem podem acrescentar esse argumento aos já expendidos.” (Joseph, 1932, n. 252, p. 2).

Observamos que a articulista arrazoa sobre temas profundamente enraizados na realidade social e política de Goiás. Como uma mulher estrangeira, de nacionalidade belga, Marie Joseph possui uma visão eurocêntrica, uma vez que ela observa a realidade goiana comparando-a com as experiências e realidades que ela conheceu na Europa. Isso pode ser observado no seguinte fragmento: “Dizem que, quando dois Belgas se encontram no estrangeiro, formam logo uma sociedade musical. Será por isso que tanto me admiro ao ver que, em Goyaz, ainda não existe um côro de cantores de modas e lundús, uma sociedade de violeiros ou de tocadores de sanfona.” (Joseph, 1932, n. 251, p. 2)

No artigo “Economia e Previsão: O pé de meia”, Marie Joseph aborda a reconstrução da França e da Bélgica após a Primeira Guerra Mundial, destacando a importância da economia popular e da poupança para a recuperação financeira desses países. Joseph ainda sugere que a atitude econômica e a resiliência dos belgas poderiam servir de exemplo para Goiás. Ela observa como o “espírito de poupança” e a participação ativa dos cidadãos foram essenciais para a reconstrução da Bélgica no pós-guerra, sublinhando que “os operarios e pequenos empregados da Belgica, a despeito dos seus mesquinhos meios, ainda acham por ondem fazer economias.” (Joseph, 1931, n. 209, p. 2.)

O olhar de um sujeito sobre o outro é inevitavelmente imbuído de certos estereótipos ou de determinadas visões de mundo que se manifestam nas ideias que expressam. Portanto, os escritos produzidos por Marie Joseph partem do lugar de fala de uma mulher, branca, elitizada e sobretudo, europeia. Nesse sentido, suas ideias são atravessadas por um senso hierárquico e elitizado, pode-se dizer “colonial”, conforme Lugones (2014).

Marie Joseph dicotomiza Bélgica e Goiás, sendo o primeiro um lugar de modernidade, de desenvolvimento, que deve servir como modelo para o segundo, um lugar de atraso, onde o progresso ainda não chegou. “E que precisa ele para se desenvolver?”, ela questiona aos leitores, e responde: “Precisa, antes de tudo, de estradas, pelas quaes passem autos, caminhões,

omnibus, e carroças puxadas por burros. [...]. Precisa que as estradas de ferro o cortem e unam aos vizinhos e ao littoral.” (Joseph, 1932, n. 255, p. 2).

Apesar das críticas que a autora tece em seus artigos, Marie Joseph aparenta ter desenvolvido uma relação especial com o estado de Goiás, que parecia lhe encantar, com a “luxuriante abundancia, a pomposa exuberancia, a opulenta variedade da flóra brasileira”. Sobre este objeto, a autora acrescenta:

Em releção ás plantas medicinaes é que o povo comumente possui maior sciencia. A razão é clara: durante muitos anos os medicos foram raríssimos no sertão, até hoje, muitas fazendas ficam a distancias enormes de qualquer recurso scientifico: torna-se preciso para seus habitantes conhecer as propriedades das plantas que lhes podem ser de algum socorro em casa de doença. O sólo goiano é riquissimo em taes plantas, e quem se dedicasse a classificar-as faria obra muito meritoria; talvez de grande proveito para o Estado, pois, tantos remedios vendidos nas pharmacias são thados dos vegetaes. Quem sabe si Goyaz não possui, ignorados de todos, os remedios contra a tuberculose, o cancer, a lepra? (Joseph, 1932, n. 257, p.1)

Essa visão positiva de Joseph com relação a Goiás também foi observada por outros articulistas. Em 1933, Marilda Pallinia (1933, n. 302, p. 2) publica no *Voz do Povo* uma resenha do livro de Marie Joseph intitulado “Sertão e Cidade”. Segundo a autora, Joseph “quis fazer um livro bem brasileiro, bem nosso, bem goiano. E o conseguiu, vencendo as serias dificuldades da língua brasileira.” Ainda: “Sente-se nella um encantamento, um elevado interesse, um enamorado carinho em conhecer a nossa terra e a nossa gente”, e complementa: “si o seu romance faz um paralelo entre a vida agitada dos grandes centros, com os seus prazeres fictícios, e a simplicidade rustica do interior, é para terminar num verdadeiro hynno á vida primitiva do sertão.”

Os últimos registros de circulação do jornal *Voz do Povo* que encontramos datam de 1935. Nos registros do Arquivo Nacional, encontramos que Augusta Marie Joseph Bougelet de Souza, já morando no Rio de Janeiro, entrou com um processo de pedido de naturalização em 1944, solicitando o seu reconhecimento como uma cidadã brasileira.

No conjunto de seus escritos, é evidente a erudição de Marie Joseph, que transita com facilidade entre temas diversos, tais como: educação, política, economia e questões culturais. Sua produção intelectual reflete uma preocupação prática com os problemas enfrentados pela sociedade goiana, especialmente no que se refere ao papel das mulheres. Ao abordar temas da educação, a mudança da capital e o desenvolvimento econômico, ela demonstra certo entendimento a respeito das dinâmicas locais.

Não obstante sua contribuição na discussão sobre a emancipação das mulheres, reconhecemos a posição privilegiada de Marie Joseph, mulher branca e européia. Como afirma Lugones (2014), a lógica da colonialidade do gênero estabelece uma matriz hierárquica que define quais experiências femininas são reconhecidas como legítimas. No caso de Marie Joseph, seu discurso reflete os limites de uma consciência moldada pelo pertencimento de classe, raça e nacionalidade. Embora sua atuação na imprensa tenha ampliado o debate sobre o papel das mulheres na sociedade goiana, ela silenciou as realidades das mulheres negras, indígenas e pobres, reproduzindo uma visão eurocentrada de progresso e civilização. Seu engajamento intelectual revela, assim, tanto um desejo de transformação quanto a manutenção de estruturas de poder. Ao analisar seus escritos, somos levados a refletir sobre as fronteiras do feminismo da elite e a urgência de construir narrativas que contemplem as múltiplas vozes silenciadas da história.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente monografia buscou compreender como, em meio a um contexto histórico marcado por disputas políticas, a imprensa goiana se consolidou como um espaço de negociação simbólica sobre o papel das mulheres na sociedade. Não sendo um espaço neutro, os jornais tentavam se projetar como agentes mediadores, estando profundamente imbricados nas lutas políticas, culturais e ideológicas do seu tempo. Longe de apenas influenciar a formação de opinião, a imprensa também se apropriava/representava a visão do público leitor/ouvinte, com o qual compartilhava valores e projetos.

Ao investigar as ideias que circulavam sobre a cidadania feminina no *Voz do Povo*, ficou evidente que os escritos feministas, ainda que em construção, era mobilizado por mulheres que compreendiam o poder da palavra escrita como ferramenta de afirmação política. As articulistas identificadas não se limitavam a reivindicar direitos civis e políticos, como o voto, mas também buscavam reconhecimento como sujeitas de saber e ação.

A presença constante de Marie Joseph nas páginas do jornal, defendendo os direitos das mulheres, mostra como as letradas goianas buscaram disputar sentidos e intervir no espaço público por meio da escrita. Sua atuação evidencia a inserção de mulheres no campo intelectual goiano e também o uso da imprensa como espaço de luta simbólica. Nesse cenário, conforme Fraser (2022), as mulheres, mesmo sem deterem o monopólio do poder político institucional, construíram formas alternativas de constituição e participação em esferas públicas múltiplas.

No entanto, é preciso reconhecer os limites desse protagonismo. A própria Marie Joseph enquanto mulher branca, europeia e casada com um membro da elite local, representa apenas uma consciência limitada, moldada por seu pertencimento de classe, raça e origem. Suas críticas à educação, à pobreza ou à mudança da capital expressam uma visão progressista, mas ancorada em valores eurocêntricos, sem ruptura significativa com as estruturas de poder. Sua proposta de modernidade, ainda que bem-intencionada, estava alicerçada em modelos europeus, reproduzindo a lógica colonial de hierarquização entre o “moderno civilizado” e o “atrasado tropical”. Isso nos aproxima das reflexões de María Lugones (2014), que problematiza como a colonialidade do gênero produziu uma definição ocidental e seletiva de “mulher”, invisibilizando experiências femininas negras, indígenas e populares.

Apesar de o Brasil contar com intelectuais negras atuando na imprensa e na literatura, como Leodegária de Jesus (1889 – 1978), poeta negra goiana, entre outras, não identificamos articulistas negras no *Voz do Povo*. Nos escritos de mulheres analisadas, nenhuma se

autoidentificava como negra, tampouco encontramos em outras fontes essa indicação, no que tange ao *Voz do Povo*. Esse dado nos alerta para as fronteiras raciais e de classe nas disputas por poder simbólico, mas também evidencia como essas discussões ainda eram incipientes nesse período em Goiás. O jornal se configurava, sobretudo, como um espaço de difusão das ideias das elites letradas, o que delimitava quais vozes e visões de mundo estavam autorizadas a circular e quais permaneciam silenciadas.

Dessa forma, os discursos de Marie Joseph e de outras goianas se inscrevem em uma tensão entre desejo de transformação e reprodução de privilégios. Ao mesmo tempo, ao ocupar as páginas do *Voz do Povo*, essas intelectuais desafiaram o silêncio imposto historicamente ao gênero feminino e contribuíram para ampliar os limites da participação política em Goiás. Os escritos engajados com as demandas do Movimento Feminista, embora limitados pela consciência possível das mulheres letradas dessa época, foram importantes para contestar a cultura patriarcal, que relegava (e relega) às mulheres uma posição subalternizada.

Dialogar e compreender essas experiências e expectativas presentes na imprensa goiana é fundamental para se pensar o desenvolvimento dos direitos das mulheres no Brasil, sobretudo a partir do século XX, e os desafios que ainda persistem na construção de uma democracia verdadeiramente inclusiva e plural, onde os protagonismos femininos (não somente da elite, mas das mulheres subalternizadas) seja cada vez mais estudado no passado e praticado no presente, com vistas a um futuro mais inclusivo e sem violência de gênero.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARRAIS, Cristiano Alencar. **Mobilidade Discursiva**: periodismo político em Goiás. Goiânia: Editora UFG, 2013.
- BARBOSA, Marialva. **História cultural da imprensa** (Brasil – 1900-2000). Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.
- BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. 1.ed. 3. Reimpressão. São Paulo: Edições 70, 2016.
- BORGES, Rosana Maria Ribeiro; LIMA, Angelita Pereira de. História da imprensa goiana: dos velhos tempos da Colônia à modernidade mercadológica. **Revista UFG**, Ano X. nº 5, Dezembro, 2008. p. 68-87. Disponível em: <<https://revistas.ufg.br/revistaufg/article/view/48211/23569>> . Acesso em: jun. 2025.
- BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. 11.ed. Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil: 2012.
- BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína. (org.) **Usos e Abusos da História Oral**. 8.ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1986.
- BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. 5. ed. Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, 2002.
- BRASIL**. Decreto nº 4.743, de 31 de outubro de 1923. Regula a liberdade de imprensa e dá outras providências. *Diário Oficial da União: seção 1*, Brasília, DF, 1 nov. 1923.
- BRASIL**. Decreto nº 21.076, de 24 de fevereiro de 1932. Decreta o Código Eleitoral. *Diário Oficial da União: seção 1*, Brasília, DF, 26 fev. 1932.
- CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil**: O longo caminho. 11.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.
- CARVALHO, José Murilo de. **Os Bestializados**: o Rio de Janeiro e a república que não foi. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
- CARVALHO, Maria Meire de. SANT’ANNA, Thiago. Ações culturais e políticas feministas: A “Federação Goyana Pelo Progresso Feminino” - um efeito múltiplo da emancipação das mulheres em Goiás (séc. XIX – XX). **Revista Temporis[ação]**, v. 9, n. 1, p. 190-202, 9 mar. 2017. Disponível em: <<http://www.revista.ueg.br/index.php/temporisacao/article/view/5989>>. Acesso em: 20 jun. 2025.
- CHARTIER, Roger. **A História Cultural**: entre práticas e representações. 2.ed. Portugal: DIFEL, 2002.
- DARNTON, Robert. **Os best-sellers proibidos da França pré-revolucionária**. São Paulo: Cia. das Letras, 1998.
- DARNTON, Robert. História intelectual e cultura. In: \_\_\_\_\_. **O beijo de Lamourette**: mídia, cultura e revolução. São Paulo: Cia. das Letras, 2010. p. 204-231.

DE LUCA, Tania Regina. Fontes impressas, história dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (orgs). **Fontes Históricas**. 2.ed., São Paulo: Contexto, 2008.

DENIS, Benôit. **Literatura e engajamento**: de Pascal a Sartre. Tradução: Luiz Dagobert de Aguirra Roncari. São Paulo: EDUSC, 2002.

DINIZ, Sávia Barros. **Mulheres na imprensa**: representações femininas no Correio Oficial, Cidade de Goiás (1930-1936). 2013. 181 f. Dissertação (Mestrado em História (FH) - Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2013.

ELEUTÉRIO, Maria de Lourdes. Imprensa a serviço do progresso. In: MARTINS, Ana Luiza. LUCA, Tania Regina. (org.) **História da imprensa no Brasil**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2011.

FERRARO, Alceu Ravello; KREIDLLOW, Daniel. Analfabetismo no Brasil: configuração e gênese das desigualdades regionais. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 29, n. 2, p. 179–200, jul./dez. 2004. Disponível em: <<https://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/25401>> . Acesso em: ago. 2024.

FLEURY, Bento. A ousadia impressa das senhorinhas vilaboenses. In: **Jornal opção**, n.p. 2022. Disponível em: <<https://www.jornalopcao.com.br/colunas-e-blogs/historia/mulheres-goias-402394>>. Acesso em: fev. 2025.

FRASER, Nancy. Repensando a esfera pública: uma contribuição para a crítica da democracia realmente existente. In: \_\_\_\_\_. **Justiça interrompida**: reflexões críticas sobre a condição “pós-socialista”. Tradução de Ana Claudia Lopes e Nathalie Bressiani. 1.ed. São Paulo: Boitempo, 2022.

FREIRE, Nilson de Souza. **Casamento, embates e arranjos políticos em Goiás**: uma abordagem das relações de poder na perspectiva de gênero. 2013. 165 f. Dissertação (Mestrado em História) - Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Departamento de Pós-graduação em História, 2013.

GOMES, Angela de Castro. A política brasileira em busca da modernidade: na fronteira entre o público e o privado. In: SCHWARCZ, Lilia Moritz. (org.) **História da vida privada no Brasil 4**: Contrastes da intimidade contemporânea. São Paulo: Companhia das Letras, 2007. vol.4.

GOMES, Mario Luiz. Vendendo saúde! Revisitando os antigos almanaques de farmácia. **Revista História, Ciências, Saúde**. v. 13, n. 4, p. 1007-18, out.- dez. 2006. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/hcsm/a/gBm69TsGmDD7Ccnrb9CKDNR/?format=pdf>>. Acesso em jun. 2025.

GUANABARINO, João. Meu Bilhete. **Voz do Povo**, Goiás, p. 1, n. 91, 15 mar. 1929.

GUSMÃO, Diogo de. Entre Eleitoras. **Voz do Povo**, Goiás, p. 3, n. 189, 20 mar. 1931.

HABERMAS, Jürgen. Comunicação, opinião pública e poder. In: COHN, Gabriel. (org.). **Comunicação e Indústria Cultural**. São Paulo: Edusp, 1971.

HOSPEDES e Viajantes. **Voz do Povo**, Goiás, 21 out. 1927, n. 18, p. 3.

INSPEÇÃO nas repartições de Fazenda. **Voz do Povo**, Goiás, 20 mar. 1931, n. 189, p. 3.

JOSEPH, Marie. Economia e Previsão: O pé de meia. **Voz do Povo**, Goiás, 14 ago. 1931, n. 209, p. 2.

JOSEPH, Marie. Educação Poppular. **Voz do Povo**, Goiás, 9 out. 1932, n. 251, p. 2.

JOSEPH, Marie. Flora Pampona. **Voz do Povo**, Goiás, 20 nov. 1932, n. 257, p. 1.

JOSEPH, Marie. La Vie. **Voz do Povo**, Goiás, 23 set. 1927, n. 14, p. 1.

JOSEPH, Marie. O serviço Social e as Mulheres. **Voz do Povo**, Goiás, 17 de jul. 1931, n. 205, p. 1.

JOSEPH, Marie. Pertitude. **Voz do Povo**, Goiás, 30 set. 1927, n. 15, p. 1.

JOSEPH, Marie. Sabbado. **Voz do Povo**, Goiás, 20 nov. 1932, n. 252, p. 2.

JOSEPH, Marie. Sobre a “mudança”. **Voz do Povo**, Goiás, 6 nov. 1932, n. 255, p. 2.

KARAWEJCZYK, Mônica. Os primórdios do movimento sufragista no Brasil: o feminismo “pátrio” de Leolinda Figueiredo Daltro. **Estudos Ibero-Americanos**, Porto Alegre, v. 40, n. 1, p. 64–84, jan./jun. 2014. Disponível em: <<https://revistaseletronicas.pucrs.br/iberoamericana/article/view/15391>>. Acesso em: mar. 2024.

LUGONES, María. Rumo a um feminismo descolonial. **Estudos Feministas**, Florianópolis, 22(3): 320, p. 934 – 952, 2014. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/ref/a/QtnBjL64Xvssn9F6FHJqznb>>. Acesso em: jun. 2025

MARQUES, Teresa Cristina de Novaes. **O voto feminino no Brasil**. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2019. Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/midias/file/2020/11/voto-feminino-brasil-2ed-marques.pdf>>. Acesso em jun. 2025.

MARQUES-PEREIRA, Bérengère. Cidadania. In: HIRATA, Helena. et al. (org.). **Dicionário crítico do feminismo**. Coord. trad. Vivian Aranha Saboia. São Paulo: Editora Unesp, 2009.

MORAES, Maria Lygia Quartim de. Cidadania no feminino. In: PINSKY, Jaime; PINSKY, Carla Bassanezi. (orgs.) **História da cidadania**. São Paulo: Contexto, 2005. p. 495-515.

NOVAES, Elizabete David. Entre o público e o privado: o papel da mulher nos movimentos sociais e a conquista de direitos no decorrer da história. **História e Cultura**, Franca, v. 4, n. 3, p. 50-66, dez. 2015.

O DEVER do brasileiro. **Voz do Povo**. Goiás, 20 mar. 1931, n. 189, p. 1.

PALACÍN, Luís; MORAES, Maria Augusta de Sant'Anna. **História de Goiás (1722-1972)**. Goiânia: Ed. UCG, 1994.

PALLINIA, Marilda. Sertão e Cidade. **Voz do Povo**. Goiás, 21 de out. 1933, n. 302, p. 2.

PATEMAN, Carole. Garantir a cidadania das mulheres: A indiferença e outros obstáculos. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, n. 89, p. 29-40, jun. 2010.

PERROT, Michelle. **Minha história das mulheres**. 2.ed. São Paulo: Contexto. 2019.

PRIORE, Mary Del. Magia e medicina na colônia: o corpo feminino. In: \_\_\_\_\_. (org.) **História das mulheres no Brasil**. 10. ed. São Paulo: Contexto, 2022.

RAGO, Margareth. As mulheres na historiografia brasileira. In: \_\_\_\_\_.; SILVA, Zélia Lopes (orgs.). **Cultura história em debate**. São Paulo: Ed.UNESP, 1995. p. 81-91

SCOTT, Joan. História das mulheres. In: BURKE, Peter. (org.) **A escrita da história: novas perspectivas**. São Paulo: Editora Unesp, 1992.

SILVA, Wlamir. A imprensa e a pedagogia liberal na província de Minas Gerais. In: NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das; MOREL, Marco; FERREIRA, Tania Maria Bessone da Cruz. (orgs.) **História e Imprensa: Representações Culturais e Práticas de Poder**. Rio de Janeiro: DP&A/Faperj, 2006.

SODRÉ, Nelson Werneck. **História da imprensa no Brasil**. 4.ed. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.

SOUZA, Georgina F. de. O século da mulher. **Voz do Povo**, Goiás, p. 1, n. 28, 30 dez. 1927.

TELLES, Norma. Escritoras, escritas, escrituras. In: PRIORE, Mary Del. (org.) **História das mulheres no Brasil**. 10.ed. São Paulo: Contexto, 2022.

Voz do Povo. **Voz do Povo**, Goiás, p. 1, n. 23, 25 nov. 1927.

**VOZ DO POVO**. In: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/hdb/periodico.aspx>>. Acesso em jul. 2025.

ZICMAN, Renée Barata. História através da imprensa: algumas considerações metodológicas. **Projeto História**, São Paulo, v. 4, p. 89-102, 1985. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/search/authors/view?givenName=Ren%C3%A9&familyName=Barata%20Zicman&affiliation=&country=&authorName=Barata%20Zicman%20Ren%C3%A9>>. Acesso em: jul. 2025.